

80 CONGRESSO ESTATUTÁRIO DAS (OS) FUNCIONÁRIAS (OS) DA USP

DIAS 23, 24, 25 E 26 DE ABRIL DE 2024

CADERNO DE TESES



FILIADO À CSP-CONLUTAS



ÍNDICE

REGIMENTO	R1 a R4
CONTRIBUIÇÕES	Página
Conjuntura Nacional e Internacional	01
Contribuição 1	01
Contribuição 2	04
Contribuição 3	06
Contribuição 4	08
Contribuição 5	11
Educação e Universidades	15
Contribuição 1	15
Contribuição 2	16
Contribuição 3	19
Contribuição 4	21
Contribuição 5	23
Contribuição 6	25
Contribuição 7	26
Combate às Opressões	28
Contribuição 1	28
Contribuição 2	29
Contribuição 3	31
Contribuição 4	33
Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias	34
Contribuição 1	34
Contribuição 2	35
Contribuição 3	37
Contribuição 4	38
Contribuição 5	40
Contribuição 6	44
Contribuição 7	46



Sindicato dos Trabalhadores da USP

REGIMENTO DO 8º CONGRESSO ESTATUTÁRIO DOS FUNCIONÁRIOS DA USP

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA USP

DATA: 23, 24, 25 E 26 DE ABRIL DE 2024.

**ABERTURA 23/04 ÀS 17H30 E INSTALAÇÃO DA PLENÁRIA PARA APROVAR O
REGIMENTO DO CONGRESSO**

LOCAL: SEDE DO SINTUSP

DO 8º CONGRESSO ESTATUTÁRIO DOS FUNCIONÁRIOS DA USP

Artigo 1º Os (as) Delegados (as) funcionários (as) da USP das respectivas unidades universitárias, os (as) debatedores (as) e demais convidados (as), se reúnem nos dias 23, 24, 25 e 26 de abril de 2024, na Universidade de São Paulo, no Campus de São Paulo para a realização do 8º Congresso Estatutário dos Funcionários da USP.

Artigo 2º Este Congresso tem como finalidade deliberar sobre as propostas formuladas, discutidas, fundamentadas ou não nas contribuições temáticas, moções e outras propostas, antes e durante o Congresso, inclusive sobre este próprio regimento interno, que deverá ser submetido e aprovado na abertura do 8º Congresso Estatutário dos Funcionários da USP.

DAS ATRIBUIÇÕES

Artigo 3º São atribuições deste Congresso:

- I. Estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no Artigo 2º.
- II. Discutir e deliberar sobre as propostas e resoluções aprovadas, formulando políticas de interesse dos (as) trabalhadores (as).
- III. Deliberar políticas e ações contra os ataques que a Universidade, os (as) trabalhadores (as) ativos (as), terceirizados (as), aposentados (as), estudantes e professores (as) vem sofrendo com as políticas dos governos, patrões e reitores das universidades estaduais e federais.
- IV. Deliberar políticas e ações contra a criminalização dos movimentos sociais e os ataques que trabalhadores (as) e povos do mundo vem sofrendo.
- V. Plano de Lutas.

DOS PARTICIPANTES

Artigo 4º. São participantes do 8º Congresso Estatutário dos Funcionários da USP.

- I. Poderão ser delegados (as) trabalhadores (as) da USP ativos (as), aposentados (as), temporários (as), terceirizados (as), de fundações e funcionários (as) do SINTUSP, devidamente escolhidos até o dia 11 de abril de 2024, eleitos (as) ou indicados (as) através de Assembleias ou reuniões de unidades da USP.
- II. Todos (as) os (as) delegados (as) do 8º Congresso Estatutário dos Funcionários da USP eleitos (as) ou indicados (as) até 11 de abril de 2024, terão direito a voz e voto nos temas da pauta do Congresso.
- III. Somente os (as) delegados (as) que se filiaram ao sindicato até o dia 25 de março de 2024 poderão votar no Temário Mudanças Estatutárias.

- IV. Serão delegados (as) os (as) trabalhadores (as) eleitos (as) ou indicados (as) nas Assembleias de Unidade, tendo sido obedecido os seguintes critérios:
- A quantidade de delegados (as) que cada unidade tem direito é ponderada de acordo com o número de funcionários (as) efetivos (as) e ativos (as), desta forma está garantida a representatividade de unidades menores e/ou que perderam muitos (as) trabalhadores (as) nos PIDV;
 - De 0 a 120 aplica-se o fator 1/15;
De 121 a 220 aplica-se o fator 1/20;
De 221 em diante o fator utilizado é 1/30;
Com fração de 50% mais um;
Aplica-se o fator de divisão de maneira escalonada, fracionando as sobras e aplicando o novo fator para essa fração, dessa forma equilibra-se os delegados das maiores e menores unidades.

Apresentamos alguns exemplos:

Ex. 1: Unidade com 60 funcionários (as): $60/15 = 04$ delegados (as);

Ex. 2: Unidade com 152 funcionários (as): primeiro aplica-se o fator 1/15 na faixa que vai de 0 a 120 ($120/15 = 8$ delegados (as)), para o restante ($152-120 = 32$) aplicamos a segunda regra e tiramos mais 02 delegados (as), sendo que um deles pela fração 50% mais um, a unidade tem direito a 10 delegados (as);

Ex. 03: Unidades com 250 funcionários (as): 08 delegados (as) pela faixa de 0 a 120 e 05 delegados (as) pela faixa de 121 a 220, e ainda sobram 30 trabalhadores (as) na faixa acima de 221, o que daria direito a mais delegado (a). Assim a unidade terá direito a 14 delegados (as).

- Os (as) delegados (as) aposentados (as) serão eleitos (as) ou indicados (as) nas suas respectivas reuniões, obedecendo ao critério do item b.
- V. Serão delegados (as) os (as) trabalhadores (as) eleitos (as) ou indicados (as) na Assembleia que ocorrerá no Campus de São Paulo e nas Assembleias que ocorram nos *campi* do interior, tendo sido obedecido o critério: de cada 5 presentes na Assembleia elege-se 01 delegado (a), levando em consideração o número de delegados (as) que cada unidade terá direito, de acordo com os critérios anteriores.
- VI. Das datas para a escolha de delegados (as): a escolha de delegados (as) deverá ocorrer em Assembleias de Unidades ou Assembleias nos *campi* do interior até o dia 10 de abril de 2024, e na Assembleia a ser realizada no dia 11 de abril de 2024 no *campus* de São Paulo.
- VII. As Assembleias devem utilizar modelo de ata fornecido pela Comissão organizadora.
- VIII. As inscrições deverão ocorrer até 15 de abril de 2024, às 18 horas, presencialmente, na Secretaria Sindical do Sintusp ou pelo e-mail congresso@sintusp.org.br.
- Parágrafo Primeiro:** O (a) delegado (a) devidamente credenciado (a) pode ser substituído pelo seu suplente eleito na Unidade ou Assembleia.
- IX. Os (as) convidados (as) pela Comissão Organizadora são participantes com direito a voz.
- X. São convidados (as) trabalhadores (as) da USP não eleitos (as) como delegados (as), estudantes e professores (as) da USP, bem como, militantes de outros sindicatos e movimentos sociais, os quais terão direito a voz.

DO FUNCIONAMENTO DO CONGRESSO

Artigo 5º. São órgãos deste Congresso:

- Comissão Organizadora.
- Plenárias.
- Grupos de Trabalho.

Artigo 6º. As Plenárias são de Debates e deliberações de Propostas.

Parágrafo Primeiro: Mesas de Debates

Serão consideradas Mesas de Debates todas as mesas de debatedores (as) convidados (as) de acordo com o Temário aprovado no CDB – Conselho Diretor de Base do Sintusp, e de acordo com a programação do 8º Congresso Estatutário dos Funcionários da USP.

- a. Cada convidado (a) para as respectivas mesas de debate terá um tempo para formular e colocar o seu pensamento sobre determinado tema.
- b. Será aberto o tempo (a ser definido pela Plenária) para os (as) “delegados (as) oradores (as)” inscritos (as) colocarem as suas opiniões sobre o temário, bem como, suas propostas a serem debatidas e aprovadas na Plenária de deliberação.

Parágrafo Segundo: Painéis

Serão considerados Painéis todos os espaços de debatedores (as) convidados (as) de acordo com o Temário aprovado no CDB – Conselho Diretor de Base do Sintusp, e de acordo com a programação do 8º Congresso Estatutário dos Funcionários da USP.

- a. Cada convidado (a) para a respectiva mesa de debate terá um tempo para formular e colocar o seu pensamento sobre determinado tema.
- b. Os (as) delegados (as) poderão enviar suas propostas sobre o tema do painel à Comissão Organizadora a serem debatidas e aprovadas na Plenária de deliberação.

Parágrafo Terceiro: Plenárias de Deliberações de Propostas

Serão consideradas Plenárias de Deliberações de Propostas aquelas ocorridas nos dias 25 e 26 de abril de 2024, conforme consta na Programação do Congresso, após os debates entre convidados e delegados do 8º Congresso, na qual deverão ser anunciadas, as propostas formuladas durante os debates que a antecederam e nos trabalhos de grupos, ou novas propostas formuladas através de falas, com tempo a ser definido pela plenária.

- a. As propostas formuladas e apresentadas poderão ser destacadas pelos (as) delegados (as) presentes.
- b. As propostas não destacadas serão aprovadas em bloco.
- c. Cada proposta deverá ser defendida pela apreciação de até três “delegados (as) contrários (as)” e três “delegados (as) a favor”, que se manifestarão em conjunto por um tempo de até 06 (seis) minutos.
- d. Após manifestação dos (as) “delegados (as) contrários (as) e a favor”, a proposta vai para a votação.
- e. As questões de ordem, encaminhamentos, esclarecimentos e declarações de voto, serão feitas em 1 (um) minuto.

Parágrafo Quarto: Cada Mesa de Debates deverá ter um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário (a).

Parágrafo Quinto: Cada Mesa de Deliberações deverá ter um (a) coordenador (a), um (a) relator (a) e um (a) secretário (a).

Parágrafo Sexto: Os grupos de trabalho deverão ser divididos em grupos baseados no número de todos (as) os (as) delegados (a) inscritos (as), podendo cada grupo ter no máximo 50 (cinquenta) delegados (as), devendo os (as) presentes escolherem entre si um (a) coordenador (a), um (a) relator (a) e um (a) secretário (a).

- a. A distribuição dos Grupos se dará conforme a lista acordada e assinada pela Comissão Organizadora.

Artigo 7º. Ao (a) coordenador (a), relator (a) e secretário(a) competem:

- a. Elaborar o relatório de propostas formuladas nos grupos de trabalho e mesas de debate, bem como elaborar relatório das propostas deliberadas na Plenária de deliberações.
- b. Constar do relatório final de cada Plenária, as propostas apresentadas, discutidas e aprovadas.

1). Papel do coordenador (a):

1. Coordenar a mesa, chamando debatedores (as), convidados (as) que farão parte das Plenárias de Debates, bem como, grupos de trabalho, anunciando sindicatos e entidades presentes, controlarem o tempo de fala e fazendo inscrições para intervenções dos (as) delegados (as) e outras que surjam.

2. Papel do secretário (a):

Secretariar o (a) coordenador (a) anotando todas as propostas apresentadas e a serem debatidas, e dados que possam enriquecer os relatórios finais do Congresso.

3. Papel do relator (a):

Relatar todas as propostas apresentadas, debatidas e aprovadas nas respectivas mesas e grupo de trabalho, bem como, participar da elaboração do relatório final do Congresso.

DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Artigo 8º. A Comissão Organizadora foi criada e escolhida a partir da aprovação do Conselho Diretor de Base, sendo composta por diretores (as) e Conselheiros (as) Diretores (as) de Base.

Artigo 9º. É de competência da Comissão Organizadora:

- I. Prestar contas do 8º Congresso Estatutário dos Funcionários da USP ao CDB – Conselho Diretor de Base do Sintusp.
- II. Organizar e compor as Plenárias.
- III. Preparar a infraestrutura necessária à realização deste Congresso Estatutário dos Funcionários da USP.
- IV. Realizar o credenciamento dos participantes do 8º Congresso Estatutário dos Funcionários da USP, de acordo com o disposto no Artigo 4º deste Regimento.
- V. A Comissão Organizadora será também a Comissão de Sistematização das Contribuições Temáticas, apresentadas até o dia 22 de março de 2024, bem como, dos relatórios de Grupos e Plenárias, podendo compor a Comissão propositores (as) que não sejam membros da Comissão.
- VI. Divulgar para a categoria, dentro de 45 (trinta) dias as discussões e propostas aprovadas no 8º Congresso Estatutário dos Funcionários da USP.
- VII. A Comissão Organizadora é responsável por receber, sistematizar e encaminhar ao Plenário os recursos para decisões da Plenária.

Artigo 10º. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Organizadora, cabendo recurso ao Plenário.

Artigo 11º. Este Regimento entrará em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de instalação do 8º Congresso Estatutário dos Funcionários da USP.

São Paulo, 23 de abril de 2024

Comissão Organizadora do 8º Congresso Estatutário dos Funcionários da USP

Conjuntura Nacional e Internacional

Contribuição 1 - Conjuntura Nacional e Internacional

COLETIVO “SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS”

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Vivemos um período de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo com o crescimento da destruição das forças produtivas (trabalho humano) sem retorno.

Chegamos na disjuntiva prevista pelo marxismo, muito apontada pela revolucionária alemã Rosa de Luxemburgo: **“SOCIALISMO OU BARBÁRIE”**.

O avanço tecnológico: robotização, a informatização, a inteligência artificial, que deveriam proporcionar a diminuição do número de horas de trabalho, para produzir o necessário para atender as necessidades do ser humano, no capitalismo decadente, tem levado ao desemprego estrutural, a precarização do trabalho e a constante retirada dos direitos históricos, o achatamento dos salários e renda dos trabalhadores para manter a taxa de lucro dos patrões.

Cresce a desigualdade social com uma concentração absurda nas mãos de cada vez mais poucos e do empobrecimento e da miséria de uma parcela cada vez maior da população.

A história já demonstrou, fartamente, que as crises profundas são próprias ao surgimento do fascismo e das ideologias de extrema direita, como ocorreu nas primeiras décadas do século XX, quando surge o nazismo e o próprio fascismo.

Mas, também, como constatou o velho Marx: **“As crises são parteiras da revolução”**.

As catástrofes humanitárias como assistimos no massacre genocida implementado pelo Estado sionista de Israel ao Povo Árabe Palestino, o crescimento de guerras imperialistas ou conflitos

internos, como vemos na África ou, neste momento, no Haiti, onde cerca de 200 gangues armadas disputam o poder, são também, típicas da crise capitalista.

Na Palestina o colonialismo sionista usa a fome, a sede, a distribuição dos equipamentos de saúde, como armas, além da destruição das casas por bombardeios e uso de armas químicas como o “pó branco”, como forma de tentar exterminar e expulsar um povo da sua terra natal.

Na Guerra da Ucrânia, mais uma vez, vemos que as vítimas são da nossa classe, com milhares de mortos mutilados pelos interesses expansionistas de chefes de governos imperialistas como Putin (Rússia), Biden (Estados Unidos) e os governos europeus que formam a OTAN, que crescem e lucram com a carnificina dos trabalhadores.

O aumento crescente da criminalidade com o recrutamento em massa, em especial da juventude, para o crime, é outra decorrência desta crise.

O deslocamento de multidões de seres humanos, fugindo dos seus países, expulsos pela fome e violência das guerras ou das gangs e sendo mortos e mutilados pelas forças de repressão dos países, os migrantes é o maior deslocamento humano desde a segunda guerra mundial.

Toda esta barbárie do capitalismo em ruína, não será superada sem que a classe cumpra seu papel histórico de exercer a solidariedade internacional, unificando nossas lutas e construir a Revolução Socialista Mundial, rumo a sociedade sem classes: **O COMUNISMO**.

Assim propomos:

- Fim do massacre ao povo palestino! Fim dos bombardeiros e retirada imediata das tropas de Gaza e da Cisjordânia! A abertura imediata da Faixa de Gaza e pela sua reconstrução bancada pela ONU.
- Pelo fim do Estado de Israel! Pela ruptura das relações Brasil-Israel e que a USP rompa suas relações com o Estado de Israel.
- Por uma Palestina livre, operária e socialista.
- Solidariedade aos imigrantes, principalmente aos Haitianos.
- Contra as tropas brasileiras intervirem no Haiti.
- Solidariedade ao companheiro Cesare Batistti, pela sua liberdade e a todos presos políticos.
- Continuar a participação e a construção da **REDE DE SOLIDARIEDADE E LUTAS INTERNACIONAIS DA**

CSP/CONLUTAS. Devemos lutar contra o corporativismo e praticarmos o internacionalismo.

A luta dos trabalhadores (as) é uma luta internacional. **“Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos”.**

- A classe trabalhadora é uma só e sem fronteiras.
- Abaixo a exploração capitalista! Que a crise seja paga pelos capitalistas! Por uma sociedade sem classes, exploração e opressão.
- Por um mundo sem fronteiras e pela autodeterminação dos povos.
- Abaixo os campos de concentração e centros de detenção de imigrantes e refugiados nos Estados Unidos e Europa e em todo o mundo.
- É hora de defender a Revolução! Por um governo de trabalhadores e ruptura com o capitalismo, rumo a uma **SOCIEDADE SOCIALISTA E COMUNISTA.**

CONJUNTURA NACIONAL

Caracterização do governo Lula

O governo Lula é um governo de Frente Ampla, amparado na burguesia nacional, apoiado pelas grandes centrais sindicais, que tem governado para os ricos, agronegócio e milicos. Temos um governo de conciliação de classes demonstrado na aprovação do arcabouço fiscal que cortou verbas da Educação, Saúde e políticas públicas para a assistência social dos pobres deste país, que continuam sendo milhões que vivem na insegurança alimentar e na pobreza extrema, sendo milhares com o corte do bolsa família.

A Democratização do país

A Democracia no Brasil continua correndo risco. A extrema direita vive nas ruas e institucionalmente. Está armada até os dentes, através dos CAC. Este ano comemoramos 60 anos do Golpe Militar e já sabemos que o dia 08/01/2023 foi realmente uma tentativa de Golpe. O Governo Lula fecha os olhos, controla as grandes Centrais Sindicais e o MST, que não chamam a classe para a rua.

Lula peca ao acreditar na direita e a extrema direita predomina e controla o governo que continua a despejar bilhões aos milicos.

Autodefesa

A extrema direita cresce no mundo e no Brasil. É hora de acreditarmos e construir a autodefesa. No ato do dia 25/03/2024, bolsonaristas diziam em

“pacto de não agressão” às instituições, mas falavam em “guerra civil” e continuam se armando.

Acreditamos na autodefesa, inclusive tecnológica, para enfrentarmos a extrema direita, inclusive dentro da própria USP.

Que CSP/CONLUTAS, Movimentos Populares e o SINTUSP continue as discussões da autodefesa.

O **Marco Temporal** desnudou o genocídio dos indígenas Yanomami pelo governo Bolsonaro e a destruição do meio ambiente pelos garimpos ilegais e Lula não deu recursos suficientes para o combate a todas mazelas encravadas nos territórios indígenas, inclusive ao crime organizado que se alastra na Amazônia.

A **Terceirização e a Privatização** -Os governos avançam na terceirização, precarização e privatização dos serviços públicos, inclusive o SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, entregando os equipamentos de saúde para as Fundações e Organizações Sociais. Agora, governo Federal e Estaduais atacam os serviços públicos com a **REFORMA ADMINISTRATIVA** que retira direitos dos servidores públicos, precarizando relações trabalhistas e o atendimento à população. Acaba inclusive com o Concurso Público.

A terceirização e a precarização das relações trabalhistas, hoje é o grande desafio nos sindicatos. Certamente é a mais importante, pois tem aspectos

e elementos profundos, desenhando novo perfil da classe trabalhadora e novos sujeitos revolucionários. Daí a importância de discutirmos e aprofundarmos esta discussão no nosso sindicato e impulsionar também na CSP/CONLUTAS, e nos relacionando profundamente com os Movimentos Populares, como **Movimento Popular de Lutas**.

O nosso sindicato já deu um grande passo, ao lutar junto aos terceirizados e lançar ao “Manifesto contra a Terceirização e a Precarização”. Continuemos a discussão.

Seguimos acreditando na construção da nossa **CSP – Central Sindical e Popular/CONLUTAS**. Neste momento nos contrapomos a nossa participação na **FASUBRA**, entidade que respeitamos, com minoria de servidores públicos estaduais que não negociam com o governo federal, levando em conta a situação econômica do sindicato. Lutemos para manter e fortalecer o FÓRUM DAS SEIS, impulsionando este ano a **CAMPANHA SALARIAL** para arrancar salários dignos. Ver Boletins do Fórum das Seis.

Frente a situação da classe trabalhadora vivenciada, principalmente pelas mulheres e sem soluções dos grandes problemas nacionais, temos como tarefas:

1. Fortalecer a CSP/Conlutas e construir com independência de classe, um campo de unidade de ação em defesa dos interesses imediatos de nossa classe, contra a política econômica do Governo Lula;
2. Autonomia e independência frente aos governos, partidos e patrões, alavancando a organização por local de trabalho e territorial;
3. Lutar contra as Leis que irão instituir o Arcabouço Fiscal já aprovado;
4. Não ao Marco Legal da Ciências e Tecnologia.
5. Não a Reforma Administrativa;
6. Pela revogação das Reformas Trabalhistas, Previdenciária e do Novo Ensino Médio;
7. Contra aprovação do STF sobre a competência da Justiça Trabalhista;
8. Dobrar o salário mínimo, rumo ao salário do DIEESE, principalmente dos aposentados;
9. Redução de Jornada de Trabalho sem redução dos Salários;

10) Anulação imediata das Privatizações da Eletrobrás, Metro de MG e de todas as vendas de ativos da Petrobras e empresas estatais privatizadas;

10. Estatização da AVIBRÁS JÁ;

11. Contra a privatização de todas as empresas públicas, entre as quais SABESP, CPTM e Metro

12. Expropriação de todas as empresas que se utilizam de trabalho escravo;

13. Redução e congelamento dos preços dos alimentos, tarifas públicas, aluguel, combustíveis e gás de cozinha;

14. Suspensão imediata do pagamento da dívida pública com auditoria;

15. Despejo Zero e implantação do PAC voltado para a construção de moradias populares, saneamento básico, escolas, Creches, Casas de Abrigo, Centros de Esporte, Cultura e Lazer públicos;

16. Proteção aos povos originários e sua cultura e demarcação de todas as terras indígenas e quilombolas. NÃO AO MARCO TEMPORAL;

17. Reforma Agrária sem indenização do latifúndio e agronegócio, controle dos trabalhadores e defesa da agricultura familiar;

18. Suspensão imediata do pagamento da dívida pública, com auditoria;

19. Em defesa da Amazônia e de todas as nossas florestas e áreas de proteção ambiental;

20. Em defesa das liberdades democráticas, sem anistia aos golpistas. Pelo fim das prisões dos ativistas do movimento sindical e popular.

21. Não a criminalização dos movimentos populares e revogação da Lei Antiterrorismo;

22. Chega do encarceramento em massa do povo pobre e negro. Pela desmilitarização da PM;

23. Punição de todos os torturadores e abertura dos arquivos da Ditadura. Pela Revogação da Lei da Anistia;

24. Nenhuma anistia e punição aos golpistas de 08/01/2023;

25. Em defesa do SUS e Piso da Enfermagem;

26. Participação da Campanha pelos Direitos Sociais.

TESE DO COLETIVO SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS: É HORA DE FALAR DE REVOLUÇÃO

Assina:

COLETIVO “SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS”

Contribuição 2 - Conjuntura Nacional e Internacional

Comunistas Revolucionários

O eixo central da conjuntura mundial é a guerra na Ucrânia, resultado da interferência progressivamente maior dos Estados Unidos no país. O marco inicial da guerra foi um golpe de estado realizado em 2014 – golpe que só foi possível aliando grupos armados neonazistas, partidos tradicionais da direita e o imperialismo. Após o golpe, o Partido Comunista e as organizações de esquerda foram proscritas legalmente. A direita tradicional, desgastada pela crise, representada pelo bilionário ex-presidente Petro Poroshenko, perdeu espaço, como em várias outras partes do mundo, para arrivistas de roupagem mais jovial, transferindo a presidência para o comediante Volodymyr Zelenskyy.

O golpe de 2014 desencadeou uma forte reação popular, culminando com a desanexação da Crimeia e o surgimento de movimentos separatistas no oriente. Plebiscitos pela autonomia territorial foram realizados em Lughansky e Donetsk, e o resultado foi uma esmagadora demonstração de apoio ao presidente deposto em 2014, Viktor Yanukovich. Os plebiscitos não foram reconhecidos pela comunidade internacional e o governo ucraniano passou a realizar sucessivos ataques a esses territórios, violando sua autonomia, os direitos humanos mais elementares e desconsiderando a vinculação étnica, linguística e cultural da população desses territórios com a Rússia.

Ameaçar os dissidentes com a instalação de bases militares da OTAN na Ucrânia foi a cartada final do imperialismo para impedir o desmembramento da Ucrânia e a perda de seus pretendidos enclaves, sendo esta ameaça um dos indicadores mais seguros de que a crise econômica do capitalismo exige, no seu patamar atual, novas incursões militares e disputas por território e áreas de influência, mesmo quando isso signifique provocar conflitos militares de alto potencial destrutivo.

As grandes potências - EUA à frente – demonstram estar dispostas a se aliar a todos os setores capazes de colocar em marcha sua política de agressões, até mesmo com grupos nazistas, o que desmente a versão de que a extrema direita e o imperialismo estejam necessariamente em choque.

O batalhão Azov, na Ucrânia, originalmente uma milícia nazista, está oficialmente vinculado à Guarda Nacional.

Em Israel, a escalada da violência tem o apoio incondicional dos EUA e da direita internacional. Enquanto isso, a “esquerda” se recusa a apoiar a resistência armada palestina e suas organizações de luta: Hamas, Frente Popular para a Libertação da Palestina, etc. Essa esquerda quer se manter no terreno do imperialismo e das negociações diplomáticas viciadas da ONU e do seu macabro conselho de segurança. Mais uma infantilidade moralista inaceitável; uma política sem pragmatismo e sem realidade nenhuma que deve ser duramente condenada.

Sendo a crise do bloco dominante economicamente tão grave, a ideia de livre mercado já não pode mais se sustentar nem como miragem. Os EUA atacam principalmente a China e impõem restrições severas à sua atividade econômica. No mais recente exemplo desse ataque, o Tik Tok está sendo obrigado a vender sua companhia para uma empresa norte-americana, caso queira manter-se operando no país. O pretexto é ridículo: ela seria uma ameaça à segurança dos dados dos seus usuários; mas o que dizer dos usuários das redes sociais estadunidenses que atuam mundo afora? Seus dados não estão sendo usados para os mais diversos fins escusos, como, por exemplo, ficou provado no caso da interferência da Cambridge Analytica em plebiscitos e eleições?

São os fatos internacionais mais relevantes que determinam a conjuntura política nacional e, de acordo com a situação política internacional, só há 2 posições possíveis: ser favorável à ingerência dos Estados Unidos sobre a política de todos os países; ou se opor ao imperialismo em todas as frentes e por todos meios, associando-se a todos os que o combatam, identificando a dominação dos grandes conglomerados capitalistas sobre os países e governos nacionais como o maior inimigo dos povos, de qualquer sentido mesmo que vago de democracia, inimigo principal da paz e da prosperidade econômica, etc.

A derrota dos EUA na guerra ucraniana é certa e aponta para uma nova conjuntura, em que o imperialismo enfraquecido terá que fazer sérias concessões aos seus aliados menores. É preciso romper com esse bloco e impedir que as burguesias nacionais façam acordos que possam lhe dar fôlego novo. É hora de adotar uma estratégia ofensiva contra a política de arrocho salarial, inchaço artificial do setor de serviços, desnacionalização das economias e, principalmente, oferecer uma alternativa econômica compatível com os avanços tecnológicos e, ao mesmo tempo, garantidora do máximo bem-estar à população, erradicando o desemprego.

No campo do imperialismo, os identitários e a esquerda centrista funcionam como anteparo e apêndice da direita; são inimigos da classe operária. Essa classe média, centrada na ideia de que há democracia sob o capitalismo e de que é preciso defender essa democracia contra qualquer ameaça, é uma excrescência política obsedada pela ilusão da

liberdade sob o capitalismo. Mais do que isso: tornaram-se aliados de toda hora das barbáries e atrocidades cometidas pelos EUA. Compõem esse bloco no Brasil: PSTU, Transição Socialista, etc.

Precisamos investir e apostar na revolução e na luta do povo contra qualquer tipo de governo dos ricos, dos empresários e dos bancos, formalmente democráticos ou não. A rigor, as eleições não mudam nada; são a forma de dominação da burguesia sobre o conjunto da população, um teatro circense ante um público atônito. Os direitistas disfarçados de esquerdistas que desviam a luta para o terreno eleitoral devem ser desmascarados como os mais perigosos adversários de um regime popular, sendo eles no Brasil: PSOL, PCB, UP, etc.

Com a esquerda que temos não vamos a lugar nenhum. Precisamos de um novo movimento de massas genuinamente operário e revolucionário.

Assinam:

Luiz Fellipe Lisbôa Mattos (FFLCH)

Idalina Fátima de Vale Nogueira (IP)

Contribuição 3 - Conjuntura Nacional e Internacional

Situação Nacional

A CRISE DOS SINDICATOS E O SINTUSP

A organização sindical dos trabalhadores em todo o país está sendo duramente atacada, sobretudo desde a aprovação da Reforma Trabalhista. Ao mesmo tempo, os sindicatos e a esquerda estão desmoralizados e passam por sua pior crise.

Para nós do SINTUSP, somam-se aos ataques dos governos: a diminuição do quadro de funcionários, uma renovação no perfil dos trabalhadores, mais jovem e de níveis técnico e superior, e o empobrecimento da categoria; a queda significativa no número de trabalhadores sindicalizados; e ainda a grave crise financeira da entidade. Tudo isso foi acelerado pelos PIDVs e pelo congelamento das contratações de funcionários na USP, e agravado pelas punições aos grevistas de 2016 e 2018, pelo ponto eletrônico e pelo cerceamento da atividade sindical na universidade.

Hoje o nosso sindicato enfrenta grandes desafios para organizar essa categoria para combater os impactos da crise sobre trabalhadores. É urgente corrermos atrás do prejuízo e nos reinventarmos para encararmos as mudanças na categoria de trabalhadores da USP e para o momento histórico que vivemos. Mas o que precisamos mudar?

Consideramos que o desgaste e crise enfrentados hoje pelo SINTUSP não correspondem apenas a questões específicas do nosso sindicato e dos grupos políticos que nele atuam. A crise do SINTUSP neste momento histórico se associa ao desgaste geral do sindicalismo e da esquerda, que em décadas, sob a hegemonia do PT, se acomodou ao marasmo, à contenção e à parasitagem da classe trabalhadora promovida principalmente por este partido. A dificuldade do nosso sindicato em ser referência para a massa da categoria, sobretudo nos seus setores mais novos, é parte do mesmo processo de desmoralização geral do ativismo e do movimento sindical. Mesmo tendo se formado nos anos 80 contra a estrutura sindical herdada do getulismo e da ditadura, a CUT se adaptou a essa estrutura, e consolidou uma nova burocracia fundada no corporativismo, na estratégia eleitoral e

em acordos de cúpula, inclusive na gestão e roubo de fundos de pensão que geraram fortunas para esses sindicalistas, que hoje rifam os direitos dos trabalhadores para manterem seus privilégios. Isso impactou todo o movimento sindical, mesmo as entidades dirigidas pela esquerda revolucionária e combativa.

Embora o SINTUSP e seus dirigentes históricos tenham resistido à gigantesca burocratização da CUT e da maioria dos sindicatos, seria impossível que não sofrêssemos a influência dessa adaptação ocorrida no movimento sindical como um todo. Aí está, e não em traços pessoais ou morais deste ou daquele dirigente, deste ou daquele grupo político, o fundamento para o que há de anacronismo no nosso sindicato e que precisa ser superado.

Evidentemente, os dirigentes históricos do SINTUSP não são burocratas como são os gangsteres da CUT, Força Sindical, e etc. Ao contrário, são companheiros que resistiram e garantiram um alto grau de democracia na nossa entidade e na condução da luta da categoria ao longo das últimas décadas. Mantiveram grande parte da democracia operária e da combatividade originários das grandes greves do final dos anos 70, e, a propósito, criaram condições para que camadas novas da militância pudessem se expressar nas instâncias do movimento, garantindo a renovação do ativismo no SINTUSP. Contudo, o peso de décadas de peleguismo majoritário no movimento sindical em geral também recai sobre as nossas cabeças e implica em alguns problemas no funcionamento e no programa que se cristalizaram no SINTUSP ao longo do tempo.

Por exemplo, é muito comum na categoria e em parte dos ativistas alimentar ilusões nas representações institucionais da USP, como se por meio de uma sub-representação concedida neste ou naquele colegiado, nesta ou naquela comissão, fôssemos capazes de realmente defender os nossos direitos. Muitos se sentem atraídos por esse tipo de estratégia, ou vêem nesse tipo de “cargo” uma forma de ascender na carreira. Apesar de ser importante ocupar taticamente estes espaços, não podemos nos enganar com essas formas de

"diálogo" com a burocracia acadêmica, que na verdade só servem para mascarar a violência dos reitores e diretores contra nós

Esse tipo de ilusão tem vários motivos, mas em grande parte advém da tradição reformista, que por décadas vendeu a esperança de que por dentro do sistema e conciliando com os patrões, os trabalhadores poderiam melhorar suas vidas. Deu no que deu. Foi muito decisivo para nos encontrarmos na atual situação de desmoralização, que a burocracia sindical desviasse toda força da classe trabalhadora nas últimas décadas para eleger seus candidatos nos governos e deputados, ao invés de fortalecer a luta direta dos trabalhadores, das greves, das assembleias e dos piquetes. No mesmo sentido, é recorrente até hoje entre nós, nos iludirmos com articulações de deputados na ALESP e lobbys com os reitores para defendermos as universidades, quando na verdade estes senhores só estão interessados nos seus próprios privilégios e reeleições.

São muitos os exemplos de como o programa conciliatório contaminou e enfraqueceu a luta dos trabalhadores, também no nosso sindicato.

Precisamos urgentemente superar esse programa e confiar principalmente nas nossas próprias forças.

Até certo ponto, também os métodos da burocracia sindical da CUT nos contaminaram ao longo das últimas décadas. Apesar de toda democracia no SINTUSP, é evidente, por exemplo, o grande personalismo presente na construção das nossas lideranças sindicais, divergências políticas são muitas vezes tratadas como desavenças pessoais, cria-se uma dependência absoluta deste ou daquele dirigente para resolver determinados assuntos, há pouquíssima rotatividade na divisão de tarefas e posições na entidade.

Essas são apenas algumas expressões dos problemas programáticos e metodológicos, resquícios do ciclo petista que nos desmoraliza e a todo movimento sindical. Precisamos resolver urgentemente esses problemas para fortalecer o nosso sindicato, reconecta-lo com setores mais amplos da categoria e enfrentar os grandes desafios do nosso tempo. Prendermo-nos ao passado, prendermo-nos ao PT e às concepções históricas que hegemonizaram a esquerda até aqui, nos levará a derrotas cada vez maiores.

Assinam:

Amanda Ferreira (ECA)

Felipe Cavalheri (SESMT)

Felipe Sunaitis (FFLCH)

Gustavo Carneiro (IP)

João Borghi (FFLCH)

Reinaldo Souza (FE)

Contribuição 4 - Conjuntura Nacional e Internacional

MOVIMENTO NOSSA CLASSE E INDEPENDENTES

INTERNACIONAL

Diante da crise capitalista e suas consequências é necessário uma resposta da nossa classe com independência de classe e uma estratégia socialista para que sejam os capitalistas que paguem pela crise.

Considerando que:

A crise de 2008 re-atualizou a definição de que vivemos em uma época de crises, guerras e revoluções mostrando as tendências mais destrutivas do sistema capitalista. Nesse contexto, é central enfrentarmos a partir da luta independente da nossa classe o imperialismo, seus avanços militaristas e as suas políticas de dominação política e econômica.

A invasão reacionária da Ucrânia pela Rússia deve ser rechaçada de forma independente pela classe trabalhadora, denunciando o papel do imperialismo e da OTAN e sem nenhuma confiança no governo Zelensky.

Estamos diante do maior massacre de um povo na história do século XXI, o massacre ao povo palestino. Em pouco mais de cinco meses, são mais de 30 mil palestinos mortos e milhões passam fome. A grande mídia brasileira tem sido cúmplice e a extrema direita sionista, com Bolsonaro, Tarcísio e Milei na América Latina, faz campanha em defesa da barbárie que Israel promove com apoio do imperialismo dos EUA de Joe Biden. Repudiamos essa cumplicidade reacionária com o genocídio colonialista de Israel! Vimos o ataque à Lula por suas declarações contra o genocídio e rechaçamos estes ataques, de forma independente do governo. Isso porque o governo Lula mantém até agora todas as relações econômicas, militares e diplomáticas com o Estado sionista e são diretamente as armas de Israel que matam e reprimem os negros nas favelas e periferias.

Os trabalhadores devem se somar ativamente na campanha internacional de solidariedade ao povo palestino. Trabalhadores portuários de diversos países já se recusaram a embarcar armamentos para Israel. Milhões de manifestantes tomam as ruas no mundo inteiro pelo cessar-fogo.

Eclodiram revoltas sociais e uma crise de legitimidade dos regimes políticos nos países centrais e o fortalecimento da extrema direita internacionalmente. Para evitar a catástrofe capitalista é necessário batalhar para que as revoltas avancem em transformar em processos revolucionários para que a classe trabalhadora possa se constituir como sujeito político hegemônico e independente dos patrões, dos governos e das instituições capitalistas, intervindo de forma organizada com seus métodos históricos de luta, como. É fundamental superar o atrelamento e subordinação das organizações de massas ao Estado e, através da auto-organização da nossa classe, os limites impostos pelas burocracias sindicais que atuam para manter a fragmentação da classe trabalhadora e sua separação dos movimentos sociais e dos setores oprimidos.

Na Argentina, a classe trabalhadora, junto às mulheres, à juventude e aos setores oprimidos, mostra um caminho de como enfrentar a extrema direita e seus ataques através da auto-organização e da mobilização nas ruas, de forma independente, enfrentando uma dura repressão. Dando um grande exemplo na luta para que a crise seja paga pelos capitalistas e não pelos trabalhadores, como quer Javier Milei. Contando com o importante impulso da esquerda reunida na FIT-Unidade, em particular o PTS, que liga a intervenção orgânica no movimento operário e nos movimentos sociais a partir de muitos locais de trabalho e estudo e a atuação revolucionária no parlamento, para fortalecer a mobilização independente, sem nenhuma conciliação, e aprofundar as primeiras experiências de auto-organização, ligando as assembleias de bairro às estruturas produtivas e concentrações da classe trabalhadora. Esse enfrentamento está somente começando, mas nesses primeiros meses do governo de Milei impôs as primeiras derrotas importantes aos seus planos ajustadores, que são um alento para essa luta, e também para a classe trabalhadora no Brasil e em toda a América Latina.

Propomos:

1) Que o Sintusp reafirme que a luta dos trabalhadores é uma luta internacional e a luta da

classe trabalhadora brasileira deve ser parte da luta dos trabalhadores de todo o mundo contra a exploração capitalista! Que a crise seja paga pelos capitalistas! Por uma sociedade sem classes, exploração e opressão! Por um governo de trabalhadores de ruptura com o capitalismo rumo a uma sociedade comunista!

2) Participar com força dos atos e campanhas pelo fim do massacre ao povo palestino exigindo que as centrais sindicais, como CUT e CTB, saiam de sua paralisia e construam em cada local de trabalho estas campanhas.

Retirada das tropas israelenses em Gaza e Cisjordânia. Abaixo ajuda financeira e militar dos Estados Unidos a Israel; Ruptura de todas as relações diplomáticas e econômicas entre Brasil-Israel; Pelo direito a autodeterminação do povo palestino! Que todos os Palestinos possam retornar a seu território histórico na Palestina e reconstruir suas vidas, onde árabes e judeus, assim como todos os trabalhadores independentemente de sua religião ou cultura, possam conviver em harmonia. Por uma Palestina Livre, Operária e Socialista, do rio ao mar.

3) Que o Sintusp se posicione com uma política de independência de classe contra a guerra na Ucrânia se posicionando pela retirada das tropas russas da Ucrânia! Abaixo a ofensiva da OTAN no Leste Europeu e o armamento imperialista. Por uma Ucrânia operária e socialista na perspectiva dos Estados Unidos dos Socialistas da Europa.

4) Abaixo o governo golpista de Dina Boluarte. Todo apoio à luta do povo peruano.

5) Não à ameaça de nova intervenção militar no Haiti! Fora o imperialismo do Haiti e da América Latina e Caribe! Pelo direito à autodeterminação do povo haitiano! Fora tropas do Brasil e da Monusco (Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo) da República Democrática do Congo!

6) Devemos seguir o exemplo da luta dos trabalhadores na Argentina contra Milei e lutar contra a extrema direita com mobilização e de forma independente, sem conciliação, exigindo das burocracias sindicais um plano de luta e a construção de uma greve geral.

NACIONAL

É preciso independência de classe e auto-organização da classe trabalhadora para enfrentar os ataques e a extrema direita: basta de conciliação, fortalecer a luta unificada e independente da nossa classe!

Considerando que:

O governo de Frente Ampla de Lula-Alckmin completa um ano e quatro meses e manteve intactos os principais ataques dos governos de Temer e Bolsonaro, como as reformas trabalhista e da previdência e os compromissos com os lucros da burguesia aprovando ataques como o Arcabouço Fiscal, a Reforma Tributária e a Lei Orgânica das Polícias. Agora o governo Lula apresentou seu PL da Uberização que consolida a uberização do trabalho, um dos mais terríveis processos de precarização nas últimas décadas. O PL se refere aos motoristas, mas prepara a generalização dessa forma de trabalho. Os governos do PT foram marcados por ampliar a terceirização que saltou de 4 para quase 13 milhões e essa forma de precarização do trabalho foi um pilar do seu projeto de país. Agora atua para que a precarização e fragmentação da nossa classe avance

ainda mais, consolidando a uberização. É tarefa central lutar contra esse PL e por plenos direitos trabalhistas aos trabalhadores por aplicativo, com reconhecimento do vínculo empregatício e responsabilização das empresas dos aplicativos por esses direitos, exigindo das centrais sindicais um plano de luta que fomente a auto-organização, para combater também a política da direita, que faz demagogia em defesa da “autonomia” para atrair os trabalhadores, para manter a uberização da forma que ela já é hoje, sem nenhuma limitação à jornada de trabalho ou direito de sindicalização.

O governo de Frente Ampla mantém uma relativa estabilidade se apoiando nas instituições de um regime político degradado na atual conjuntura. A administração do capitalismo e a governabilidade na democracia dos ricos se materializa nas inúmeras relações e acordos do governo de Frente Ampla com figuras da extrema direita. É o caso da relação com Tarcísio, que leva a frente seu plano se apoiando no Arcabouço Fiscal de Lula-Alckmin e nos financiamentos do PAC do governo federal para avançar na privatização da SABESP, CPTM e Metrô, atacando duramente os metroviários linha de frente

da luta contra as privatizações, demitindo 8 metroviários por lutar.

Nesse sentido, vemos como a política de conciliação de classes não combate a extrema direita, ao contrário, só abre o caminho para o seu fortalecimento.

A favor do governo e dos patrões está a paralisia que as grandes centrais sindicais como a CUT, Força Sindical, UGT, CTB mantém, subordinando a classe trabalhadora aos interesses dos patrões e mantendo a fragmentação e a divisão das lutas que ocorrem no país. Frente a isso, batalhamos pela frente única operária, ou seja, pela unidade da nossa classe na luta, exigindo dessas direções sindicais que construam pela base, em espaços de auto-organização da classe, um plano de luta para barrar os ataques que nossa classe está sofrendo, e revogar todo o legado do golpe institucional. Nesse momento, há uma onda inicial de greves protagonizadas por setores da educação, como os trabalhadores das universidades e institutos federais, e os servidores municipais de São Paulo e Salvador, que concretizam o chamado à unificação dessas lutas!

O silêncio de Boulos nas greves, mesmo na dos trabalhadores municipais de São Paulo contra os ataques do reacionário Nunes, expressa como o PSOL em SP busca uma nova frente ampla nas eleições municipais. Com a vice Marta Suplicy, golpista de 2016, apoiadora das reformas trabalhistas e da previdência, que até o início deste ano era parte da prefeitura do bolsonarista Ricardo Nunes, se escancara a política da conciliação de classes que fortalece a extrema direita. Ao contrário, nossa classe precisaria de uma expressão política nas eleições dos setores que defendem uma política de independência de classes, a serviço das lutas.

Propomos:

1) Reafirmar a independência de classes do sindicato em relação ao Estado capitalista e suas instituições como o Judiciário, Congresso, aos governos e patrões aprofundando seu caráter classista, democrático e combativo de nosso sindicato.

2) A conciliação de classe é o que abre caminho para a extrema direita. Para derrotar a extrema-

direita e os ataques do governo Bolsonaro, também do governo Lula-Alckmin e os ataques de Tarcísio em SP precisamos apostar na força da luta e organização independente da classe trabalhadora e dos setores oprimidos. Para isso é fundamental a mais ampla democracia operária e impulsionar fortemente a auto-organização desses setores para superar as burocracias sindicais;

3) Denunciar a subordinação das grandes centrais sindicais ao governo de Frente Ampla e exigir que construam um plano de lutas a partir de assembleias nos locais de trabalho, impulsionando uma forte aliança junto a todos os setores oprimidos para revogar integralmente as reformas e todos os ataques, como o arcabouço fiscal, a reforma tributária e as privatizações;

4) Lutar pela unidade da classe trabalhadora e contra a precarização do trabalho defendendo os setores mais precarizados e terceirizados. Lutar por iguais direitos e salários para os trabalhadores terceirizados e pela sua efetivação sem necessidade de concurso público;

5) Rechaçar o Projeto de Lei da Uberização de Lula-Alckmin pois está a serviço das empresas de aplicativo e contra os trabalhadores precarizados. Defender plenos direitos trabalhistas para os trabalhadores precarizados de aplicativo, com o reconhecimento do vínculo de emprego e que as centrais sindicais organizem um plano de lutas que levante com força essas demandas;

6) Fortalecer o trabalho com o Manifesto contra a Terceirização e a Precarização do Trabalho utilizando também como ferramenta contra o PL da uberização;

7) Lutar contra as privatizações da Sabesp, Metrô e CPTM, e a perseguição aos lutadores, com centralidade para a luta pela reintegração de todos os metroviários demitidos por lutar! Contra as demissões em massa dos professores categoria O, a reforma administrativa e os cortes na educação batalhando por assembleias e comandos de mobilização unificados entre as categorias. Pela reintegração de Mancha (metalúrgico, dirigente do Sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos).

Assinam:

MOVIMENTO NOSSA CLASSE E INDEPENDENTES

Contribuição 5 - Conjuntura Nacional e Internacional

Diretoria do Sintusp

INTERNACIONAL

Considerando que:

Vivemos um período de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo com o crescimento da destruição das forças produtivas (trabalho humano) sem retorno. Chegamos na disjuntiva prevista pelo marxismo, muito apontada pela revolucionária alemã Rosa Luxemburgo: socialismo ou barbárie. O capitalismo é um sistema internacional de exploração e opressão que descarrega os efeitos de suas crises econômicas, como a de 2008, sobre as costas da classe trabalhadora e dos setores oprimidos mundialmente e que vimos explodir internacionalmente uma série de revolta sociais, guerras como a reacionária guerra da Ucrânia, massacres, devastação ambiental, aprofundamento da desigualdade social, ampliação da miséria e degradação das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora e os setores oprimidos. Estamos presenciando um dos maiores massacres de um povo registrado na história recente. Em pouco mais de quatro meses, foram cerca de 30 mil palestinos assassinados, em sua maioria crianças e mulheres e há mais de 7 mil pessoas ainda sob os escombros, com milhões de pessoas obrigadas a abandonar suas casas. Esse genocídio vem sendo levado a frente a mais de 75 anos pelo Estado terrorista e genocida de Israel com o apoio dos EUA, das potências europeias e da extrema direita internacional. Na América Latina, Milei, Bolsonaro e Tarcísio são expressões dessa extrema direita que faz campanha em defesa da barbárie que o Estado de Israel promove em Gaza com o apoio do imperialismo estadunidense liderado por Joe Biden. É nesse contexto que têm surgido novos fenômenos políticos que se expressam por um lado em figuras da extrema direita como Milei na Argentina e a possibilidade de que Trump seja reeleito nos EUA, de outro lado as alternativas da esquerda neo-reformista como o Podemos na Espanha e o Syriza na Grécia ou dos chamados governos progressistas, que se propõem a administrar o capitalismo, ainda que com um verniz democrático e progressista, mostraram seu completo fracasso. Essas alternativas de conciliação de classes não apenas não deram uma saída à crise como aprovaram novos ataques à classe trabalhadora e mantiveram e

aprofundaram seu compromisso com os capitalistas nacionais e internacionais.

Na França vimos uma forte greve geral contra as medidas de Macron e processos agudos de luta de classes no Chile, Colômbia, Equador, Bolívia, EUA, Estado Espanhol, Hong Kong, Myanmar, Sri Lanka e países do norte da África, para citar alguns. É um importante ponto de apoio ver que, diante do massacre ao povo palestino, vimos os trabalhadores portuários de Barcelona, Bélgica, Estados Unidos, Austrália e outros países se recusarem a embarcar armamentos para Israel e manifestações de milhões de pessoas tomando as ruas no mundo inteiro pelo cessar-fogo imediato. Nosso sindicato carrega em sua trajetória a defesa dos interesses da classe trabalhadora e dos explorados e oprimidos de todo o mundo por considerar que a classe trabalhadora é uma só e sem fronteiras. Nossa luta é contra a exploração capitalista, por uma sociedade sem classes, com direito à autodeterminação dos povos.

Agora no início de ano, na Argentina, o povo trabalhador e a juventude deram um forte exemplo de como enfrentar a extrema-direita e os ataques: a força das manifestações nas ruas fez o governo Milei recuar na sua “Lei Ômnibus” que teria por objetivo precarizar as condições de trabalho, renda e aposentadoria do conjunto da população. Assim, os trabalhadores argentinos apontam um caminho para enfrentar e derrotar a extrema-direita e seus ataques, através da auto-organização e da mobilização nas ruas, de forma independente, enfrentando uma dura repressão.. Um alento para a classe trabalhadora no Brasil e em toda a América Latina.

Propomos:

- 1) Reconhecer que a luta dos trabalhadores é uma luta internacional e a luta da classe trabalhadora brasileira deve ser parte da luta dos trabalhadores de todo o mundo contra a exploração capitalista! Pelo Internacionalismo da classe trabalhadora. Que a crise seja paga pelos capitalistas! Por uma sociedade sem classes, exploração e opressão!

2) Manter e fortalecer o posicionamento do Sintusp de apoio e solidariedade ao povo palestino pelo fim a esse massacre, pelo fim dos bombardeios e retirada imediata das tropas de Gaza e da Cisjordânia! Pela ruptura das relações Brasil-Israel e que a USP rompa suas relações com o Estado de Israel. Que as grandes centrais sindicais tomem a defesa do povo palestino, incorporando-se e construindo os atos contra o massacre de Israel ao povo palestino. Pelo fim do Estado de Israel! Por uma Palestina livre, operária e socialista, do rio ao mar!

3) Total repúdio a ameaça de nova intervenção no Haiti! Fora o imperialismo do Haiti e da América Latina e Caribe! Pelo direito à autodeterminação do povo haitiano!

4) Seguir denunciando a guerra na Ucrânia como uma guerra reacionária e exigindo a retirada das tropas russas de Putin da Ucrânia, pelo fim da OTAN! Nem intervenção imperialista, nem interferência militar russa na Ucrânia. Nenhuma confiança na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e em Zelensky! Contra o rearmamento da Alemanha e

Europa! Apoio a deserção do exército russo! Todo apoio à luta independente do povo ucraniano, contra a invasão russa, e contra a política de Zelensky e da OTAN! Por uma saída de independência de classe apoiada na mobilização internacional! Solidariedade a todos os perseguidos políticos. Por uma Ucrânia independente, operária e socialista.

5) Seguimos a luta pela liberdade de Cesare Battisti e Mauricio Hernandez Norambuena e todos perseguidos e presos políticos do capitalismo.

6) Defendemos todos os imigrantes e refugiados que chegam ao nosso país, pois nenhum ser humano é ilegal! Reafirmamos nossa participação na construção da Rede de Solidariedade Internacionalista, através da CSP-Conlutas.

7) Tomar o exemplo do povo trabalhador na Argentina difundindo fortemente que é através da mobilização independente, sem nenhuma conciliação, que nossa classe pode derrotar os ataques e a extrema direita.

NACIONAL

Considerando que:

Nosso congresso ocorre em meio há um ano e quatro meses do governo de Frente Ampla de Lula-Alckmin, que foi eleito anunciando sua subordinação aos interesses das grandes potências capitalistas, como os Estados Unidos, seu compromisso com a manutenção das reformas neoliberais e anti-operárias, como a trabalhista, a reforma da previdência, as privatizações e todos os compromissos com os empresários, banqueiros, latifundiários e militares. Avançou em ataques, como a aprovação do arcabouço fiscal para manter o pagamento da dívida pública e agora a PL da Uberização. O governo Lula-Alckmin segue fortalecido e se apoia nas instituições do regime como o Judiciário e o Congresso para manter a estabilidade política em prol dos interesses da classe dominante e vem mantendo uma relação de colaboração com figuras da extrema-direita como Tarcísio de Freitas em relação às privatizações.

Tarcísio de Freitas quer ser o representante da extrema direita nacional nas eleições de 2026 e é a serviço disso que está seu plano de guerra ao povo

trabalhador com as privatizações da Sabesp, CPTM, Metrô, demissão dos metroviários que lutaram contra as privatizações, demissão de milhares de professores categoria O, vem fazendo no litoral as maiores chacinas desde o Carandiru e prepara novos ataques como a reforma administrativa. Para isso, se apoia em medidas do governo Lula-Alckmin como o Arcabouço Fiscal, repasse de verbas federais milionárias para obras, concessão de cargos em ministérios e a declaração inequívoca de Lula que disse que Tarcísio terá de seu governo tudo o que for necessário.

A administração do capitalismo brasileiro pelo governo Lula-Alckmin se apoia em contradições estruturais profundas do país como a precarização das condições de vida e trabalho, a repressão, o racismo profundo e a opressão às mulheres e o genocídio praticado contra a população indígena. Agora, com plataformas como Uber e Ifood, a precarização avança rapidamente com a ajuda do judiciário e do próprio governo federal. É nesse contexto que Lula apresentou seu Projeto de Lei da Uberização que busca consolidar de forma legalizada

a uberização do trabalho, que é um dos mais importantes processos de precarização do trabalho nas últimas décadas internacionalmente, e está ligada a outros ataques, como a reforma trabalhista no Brasil. O PL prepara a generalização da legalização dessa forma de trabalho amplamente, e portanto o avanço desse processo de retirada de direitos e de aprofundamento da fragmentação da classe trabalhadora. Diante de tudo isso temos visto as grandes centrais sindicais se alinharem com o governo federal defendendo suas políticas e subordinando a classe trabalhadora às instituições como o STF e o Congresso Nacional.

É por tudo isso que só é possível combater a direita, a extrema direita e os ataques apostando na luta de classes e nas ruas com uma política de independência de classe diante da Frente Ampla, do Congresso e do Judiciário. O PSOL tenta vender a ideia de que para derrotar a extrema-direita é necessário se aliar com Marta Suplicy, ex-integrante do próprio governo de Nunes, apoiadora da reforma trabalhista e do processo de impeachment da Dilma. Defendemos um sindicalismo independente dos governos, dos patrões, classista, combativo e democrático e batalhamos pelo fortalecimento da CSP-Conlutas como um polo de independência de classes e que busque apoiar e unificar as lutas que ocorrem nacionalmente. Consideramos fundamental exigir que as grandes centrais sindicais, principalmente aquelas dirigidas pelo PT e pelo PCdoB, mas também a Força Sindical e UGT saiam da paralisia e organizem um plano de lutas construído a partir de assembleias e reuniões nos locais de trabalho para barrar todos ataques.

Propomos:

1) Que o SINTUSP siga exigindo que as grandes centrais sindicais como a CUT, a Força Sindical, UGT, CTB saiam da paralisia e impulsionem um plano de lutas para enfrentar todas as reformas e ataques, de forma independente do governo e construído nos locais de trabalho e estudo para impor a revogação das reformas, do arcabouço fiscal e do marco temporal e impedir que nos estados se avancem em ataques duríssimos como a reforma administrativa e as privatizações preparada por Tarcísio em SP.

2) Manifestar todo apoio à luta dos servidores federais. Contra o desmonte das universidades e a precarização das condições de trabalho, estudo,

ensino e pesquisa, e pela plena liberdade de pesquisa e de debate nas universidades.

3) Lutar pelo fim da chacina no litoral paulista e todas as chacinas que ocorrem nacionalmente como na Bahia governada por Jerônimo Rodrigues (PT). Julgamento e punição de todos os policiais envolvidos, começando pelo Secretário de Segurança, Guilherme Derrite. Abaixo a violência policial e o genocídio da população preta e periférica. Pelo fim de todas as polícias.

4) Lutar contra a terceirização e a precarização do trabalho. Abaixo a PL da Uberização que regulariza a retirada de direitos, pela garantia de plenos direitos trabalhistas para todos trabalhadores e trabalhadoras por aplicativos, com reconhecimento do vínculo de emprego para responsabilizar as empresas por trás dessas plataformas. Efetivação de todos os terceirizados, sem concurso no caso do serviço público e por iguais direitos e salários.

5) Para enfrentar a degradação das condições de vida e trabalho precisamos debater e votar um programa operário para enfrentar a crise que parta da batalha pela revogação de todas as reformas, privatizações e o arcabouço fiscal e pelo não pagamento da dívida pública e inclua a luta pelo congelamento dos preços, reajuste salarial de acordo com a inflação e garantia do salário mínimo do Dieese para todos. pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários para combater o desemprego e para defender os empregos apontar a necessidade de expropriação das empresas que fecham ou demitam e a reestatização sem indenização de todas as empresas privatizadas sob controle dos trabalhadores

6) Abaixo a criminalização das lutas e dos (as) lutadores (as), pelo fim da Lei antiterrorismo e repressão aos movimentos sociais e à esquerda e em defesa do direito de organização sindical e política e contra os ataques às liberdades democráticas. Punição aos torturadores e assassinos da ditadura bem como seus financiadores. Apoiamos o direito da classe trabalhadora à autodefesa contra os ataques da patronal e do Estado através da sua auto-organização e independência da própria classe trabalhadora.

7) Contra a especulação imobiliária e por um plano de obras públicas sob controle dos trabalhadores e por maior investimento em educação, moradia, saneamento básico e saúde e um SUS 100% público

e estatal, sob controle dos trabalhadores e usuários. Basta de OSs e Fundações Privadas administrando os serviços públicos.

8) Em defesa da Amazônia e de todas as nossas florestas e áreas de proteção ambiental.

9) Proteção aos povos originários e sua cultura e demarcação de todas as terras indígenas e quilombolas. Não ao Marco Temporal.

10) Reestatização da Vale e de todas as empresas privatizadas sob gestão dos trabalhadores, controle popular sem indenização aos capitalistas.

11) Reforma agrária sem indenização do latifúndio e agronegócio, controle dos trabalhadores e defesa da agricultura familiar.

12) Punição de todos os torturadores e abertura dos arquivos da ditadura. Pela revogação da Lei da Anistia.

13) É tarefa dos trabalhadores e de suas entidades debaterem e organizarem sua autodefesa através da auto-organização e independência da própria classe trabalhadora.

14) Fortalecimento da CSP-Conlutas como um polo de independência de classes e que busque apoiar e unificar as lutas que ocorrem nacionalmente de forma independente do governo de Frente Ampla, do Congresso e do Judiciário;

Assina:

Diretoria do Sintusp

Educação e Universidades

Contribuição 1 - Educação e Universidades

1) A Protocolização na Agencia Nacional de Saúde (ANS). “Do servidor com doença ou expectativa de direito ao horário especial”.

Sendo o trabalho, sem prejuízo/redução da sua remuneração, independente de compensação de horário, **sem obrigação de hora extra**. **A Protocolização na Agencia Nacional de Saúde (ANS). “Fazendo á solicitação do servidor da “da USP direta”.**

O servidor com doença ou portador de deficiência tem o direito á solicitar horário especial de trabalho sem prejuízo/redução da sua remuneração, independente de compensação de horário, sem obrigações de hora extra. A redução de

jornada é um direito como outros direitos que o servidor pode pleitear a qualquer tempo. O fato é de que a USP, escolhe a validade da Comorbidade e se aceita o pedido. **O SINDICATO sendo o substituto Jurídico do Servidor na Universidade de São Paulo em qualquer “GRAU” administrativo.** Nada mais justo de que o Sindicato seja a parte deste solicitante do pedido ao trabalhador (á Jornada do agente Público em razão de Comorbidade de saúde ou debilidade física) “lei 13.370, criada em 2016”.

A Comorbidade é toda doença, condição ou estado FISICO e MENTAL que em razão funcional, pode Potencializar os riscos à Saúde.

Assina:

Carlos Alberto Pereira Bezerra - CDB Ribeirão Preto

Contribuição 2 - Educação e Universidades

COLETIVO “SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS”

EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

Educação não é mercadoria. Educação é pilar essencial para o desenvolvimento do país e combate à pobreza e miséria, mas mesmo assim, governos federais, estaduais e municipais, destroem a educação, fator que pesa no Índice de Desenvolvimento Humano, e fez com que o Brasil, caísse 2 posições em ranking da ONU, ficando em 89º. lugar entre 193 nações.

Em São Paulo, o governo continua a destruição da educação, oriundo de outros governos, com um Secretário da Educação, grande empresário de equipamentos tecnológicos de informática, sucateando toda rede estadual paulista, fechando postos de trabalho e desvalorização dos professores, substituindo livros por computadores e celulares em números insuficientes para os estudantes.

Existem estudantes amontoados em salas superlotadas, sem professores, enquanto milhares deles estão desempregados.

O Secretário de Educação promoveu um caos na distribuição de aulas, este ano, com o encerramento de 50 mil contratos, cortando salários e submetendo-os a categoria O, que hoje já são 100 mil professores (as), permanecendo com contratos precários e irregulares. **A LUTA PELO EMPREGO**, com condições dignas de trabalho é parte da luta por uma **EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE, GRATUITA E LAICA** para a classe trabalhadora.

Os professores estão mobilizados na ALESP e Manifestações, e estão com uma Assembleia dos Professores, para o dia 26/04/2024, com indicativo **de GREVE.**

Contra o Projeto Privatista e Militarista de Tarcísio para a educação;

Por atribuição Justa e transparente de aulas;

Em defesa dos empregos, salários e direitos;

Em Defesa dos Empregos Públicos.

Estabilidade e efetivação JÁ;

Nenhum professor sem aula, nenhum estudante sem professor.

Defesa da Educação Pública, Gratuita e de Qualidade.

Contra o corte de verbas na Educação através da PEC 9/2023 que reduz a destinação mínima de recursos para a educação determinada pela Constituição Estadual de 1989, de 30% da receita de impostos para apenas 25% para a Educação.

Contra a Reforma Administrativa de Tarcísio, através do PLC 138/2023.

Fora Feder!!!!

UNIVERSIDADE

As universidades estaduais paulistas sofrem também com ataques desferidos pelo governo Tarcísio contra a educação básica, fundamental e superior, que estão no caminho da Privatização.

DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Junto com ADUSP e DCE, temos que levantar a bandeira da **Democratização da USP e Eleição Direta para Reitor.**

Sem democratizar a USP não garantiremos as nossas conquistas, como a **AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA,** luta difícil e sangrenta, puxadas

pelos trabalhadores (as) e não pela burocracia acadêmica.

Os (as) trabalhadores(as) sempre defenderam as Universidades Estaduais, enquanto os reitores se beneficiam da autonomia universitária e outras conquistas, como as **VERBAS PUBLICAS PARA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS, DE NO MÍNIMO, 9,57% DA ARRECADAÇÃO DO ICMS**, em risco devido a Reforma Tributária que mexe na arrecadação do ICMS.

Foi a luta dos (as) trabalhadores (as) através de grande **GREVE** forte e árdua, que garantimos o emprego de 5.724 empregos públicos para os

funcionários da USP, as chamadas “vagas podres”, que retornam agora em 10 processos do Tribunal de Contas novamente. **NÃO AS “VAGAS PODRES”.**

Foram os (as) trabalhadores (as) que defenderam as Universidades Estaduais Paulistas dos **DECRETOS DE SERRA** que colocava a Autonomia Universitária em risco.

Lutemos pela autonomia universitária e o Fortalecimento do Fórum das Seis.

Hoje corremos risco com Vahan na Secretaria de Ciências e Tecnologia e o reitor negociando por fora do CRUESP com o governo Tarcísio, sem a presença dos outros dois reitores, que poderá enfraquecer a paridade entre as três universidades estaduais, como ocorreu o ano passado e poderá ocorrer este ano, a USP não quer dar aumento salarial. A política da terceirização, cresce vertiginosamente, acabando com os nossos empregos e a política das “migalhas” substituindo o aumento salarial, coloca em risco o FÓRUM DAS SEIS. Assim lutemos pela AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA e pelo fortalecimento do Fórum das Seis nesta Campanha Salarial. (ver pauta do Fórum das Seis).

Para decidirmos a política e os nossos métodos de Lutas na USP, será necessário no Congresso nos debruçarmos sobre cinco plataformas, que estão definindo e definirão os rumos da Universidade e a nossa sobrevivência ou não nela.

Estas Plataformas são:

1) Marco Legal da Ciência – autoriza convênios com empresas.

2) Terceirização e Privatização – A terceirização através das Fundações já levou um Patrimônio Público da Humanidade da USP, que foi o HRAC, que hoje vem sendo governado pela FAEPA, com conflitos trabalhistas entre funcionários da USP e Fundação, Assédio Moral e a competitividade entre os trabalhadores da USP para ocuparem as 86 vagas na criação da Faculdade de Medicina, sendo 58 servidores técnicos administrativos de nível técnico e 28 de nível superior.

Contratação de docentes será baseada nas perdas de servidores técnicos administrativos do ano anterior. Contratação de funcionários para esta Faculdade de Medicina, só através de Fundações.

DEFESA INTRANSIGENTE DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO que ainda não foi desvinculado, mas sobrevive sem funcionários, sem médicos e o atendimento vem perdendo qualidade no atendimento de pacientes e ensino. O assédio moral está em todas as áreas. Fundações e Organizações Sociais rondam o hospital, mas os trabalhadores não acreditam e seguem no trabalho árduo sem saberem que o “inferno no trabalho” tende a piorar com estes entes privatizantes.

DEFESA do CSEB.

3) **Plano de Sustentabilidade Econômica da USP – equacionamento de números de funcionários com número de docentes e implantação dos organogramas mínimos nas unidades.**

4) **A tecnologia avança junto com a terceirização e os convênios. Só o DRH tem 4 empresas conectadas a ele.**

TELETRABALHO

O Teletrabalho é reivindicação de uma parcela da categoria. Tema polêmico e incompreensível que retira postos e funções no trabalho, sobrecarregando o trabalhador que aderir a ele. O Teletrabalho não é só ficar em casa na frente do computador e pronto. O Teletrabalho é uma forma de trabalho já regulamentado que exige normas e regras e normalmente metas de produtividade. Foi um Tema pouco debatido e aprofundado, com a categoria, porém desde já nos colocamos **CONTRA O TELETRABALHO.**

5) Contratação de Funcionários.

Devemos exigir contratações de funcionários e sermos contra as demissões, através de processos administrativos e novas avaliações de Carreira.

A implementação destas plataformas pela reitoria determinará: salários, valorização ou desvalorização, Carreira, Condições de Trabalho, Saúde e desvinculação ou não do HU, Creches, Restaurantes, Escola de Aplicação, Centro de Saúde Escola, Hospital Veterinário, Museus, Orquestra).

O SESMT já está sendo terceirizado. Trabalhamos em péssimas condições de trabalho, sem receber insalubridade e periculosidade, sem os exames periódicos, ASOS e PPP.

PELA DEFESA DO SESMT COM POLÍTICAS DE SAÚDE DO TRABALHADOR!

PELA NÃO DESVINCULAÇÃO DAS CRECHES DA USP!

PELA NÃO TERCEIRIZAÇÃO DO RESTAURANTE CENTRAL!

POR UMA CARREIRA DIGNA E DE VERDADE, SEM AVALIAÇÕES PARA DEMISSÕES!

POR UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA GRATUITA E DE QUALIDADE, PARA OS FILHOS DOS TRABALHADORES!

PELA DEFESA DA ESCOLA DE APLICAÇÃO E DA SUA MERENDA ESCOLAR!

PELA DEFESA DA GUARDA UNIVERSITÁRIA E FORA POLICIA MILITAR!

IMPLEMENTAÇÃO URGENTE DE POLITICAS DE SAÚDE MENTAL PARA OS FUNCIONÁRIOS

Hoje o Brasil, encontra-se no 53º.lugar no Ranking dos países, com grandes índices de problemas de Saúde Mental, por falta de psiquiatras, psicólogos, principalmente nas escolas e políticas

TESE DO COLETIVO SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS: É HORA DE FALAR DE REVOLUÇÃO

públicas que atendam a demanda de milhões de brasileiros portadores de doenças mentais, com psicoses graves. A USP adocece, mas não trata.

CARREIRA

A carreira apresentada pela reitoria, não se trata de Carreira, mas de um processo de avaliação, baseado em Plano de Desenvolvimento Individual (como será e para quem será), sem Progressão, com objetivo de cobrança de metas de aprimoramento e desempenho, visando selecionar grupos considerados “equipe de excelências” e filtrar outros que não se enquadram no padrão por eles desejados, visto que, a USP tem se destacado no ranking das melhores universidades mundiais e a atuação e qualificação da mão de obra é fundamental para tal resultado. O objetivo é selecionar para depois excluir, quem não atinge as metas e resultados.

POR UMA CARREIRA DIGNA, QUE DIGNIFIQUE E VALORIZE OS TRABALHADORES.

Assina:

COLETIVO “SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS”

Contribuição 3 - Educação e Universidades

Comunistas Revolucionários

Educação e Universidades

A universidade é uma bolha de conhecimento num mundo que despreza cada vez mais qualquer tipo de elaboração intelectual mais complexa, em razão disso, as universidades correm o risco iminente de serem tragadas – e já estão sendo – pela estultice generalizada que corrói a sociedade. É preciso transformar a sociedade inteira para dar vitalidade ao conhecimento e à universidade, para impedir que ela se torne um mero instrumento econômico dos grandes conglomerados.

A vinculação do ensino aos expedientes básicos do mundo do trabalho, desprezando elaborações teóricas e críticas e compartimentando o conhecimento *ad infinitum*, tem ganho adeptos entre a população, alijada ela mesma de qualquer experiência concreta com atividades intelectuais mais profundas e abstratas e com os produtos que elas oferecem. É preciso reconhecer e combater os vícios que tornam possível uma dissociação tão aguda entre a atividade teórica e a vida prática das pessoas.

Uma tarefa tão grande quanto a reestruturação do ensino e das formas de lidar com a atividade intelectual só pode ser bem-sucedida apelando para o sentimento comum de quem observa as transformações decorrentes da atividade intelectual e não as reconhece. Mesmo no interior da universidade as atividades reflexivas sobre o conhecimento estão limitadas a algumas poucas áreas, sobretudo da pedagogia e da filosofia, galvanizando um sentimento de que é possível passar sem a teoria e desenvolver habilidades práticas compatíveis com os desafios e exigências do mundo moderno.

Não se pode passar sem a compreensão da unidade lógica que perpassa todo o conhecimento, sem a capacidade unificadora e sistematizadora da filosofia que, reconhecendo e identificando as particularidades de cada objeto ou fenômeno observado, reconstitui permanentemente o enunciado das regularidades presentes na natureza e antecipa as possibilidades contidas no interior de cada estrutura. É preciso demonstrar que a futurologia (ou a construção rigorosa das possibilidades futuras de desenvolvimento da ciência) é impulsionada pela relação entre observação empírica e reconstrução ideal dos

movimentos possíveis do objeto, da História, da célula, etc., e que a função da ciência é, mais do que preservar o presente, inventar o futuro.

Essas considerações se fazem necessárias, porque são elas que permitem localizar a disputa intrínseca à produção e difusão do conhecimento que atingem o cerne das universidades públicas, que ameaçam a sua própria existência e comprometem a adequada definição das suas funções.

Todos os homens devem ser exortados a exercer e a eles deve ser oferecida oportunidade de exercer, simultaneamente e por toda a vida, atividades intelectuais e mecânico-laborais. A divisão do trabalho que mecaniza e brutaliza o homem não pode reconhecer na intelectualidade senão o gozo de uma faculdade negada à maioria.

A universalização do acesso ao ensino superior é uma das bandeiras mais sensíveis para a defesa da própria universidade, assim como a da independência e autonomia intelectuais, que só podem ser verdadeiramente consideradas sob o prisma da independência financeira dos intelectuais, das garantias a que o conhecimento que produzam não possa ser vendido ou negociado em nenhuma esfera.

Defender a Universidade Pública no capitalismo é a única maneira de garantir que haja um centro de avaliação crítica da própria sociedade capitalista, mas esse centro crítico deve mostrar-se capaz de interagir com o conjunto da população de maneira ativa para que esse conhecimento não se torne mais um souvenir das classes médias do que um instrumento útil para o desenvolvimento de todos.

Uma integração maior da universidade pública com a rede pública de ensino básico, tão necessária para o desenvolvimento integrado do conhecimento, não é tarefa exclusiva do Estado ou das agências de fomento, mas também uma política que pode ser induzida pelas reitorias e pesquisadores da universidade e quem tem sido negligenciada constantemente. As atividades de extensão, que poderiam ajudar a cumprir essa tarefa, são desprezadas pela maior parte dos professores e diretores de unidades de ensino, os laboratórios de licenciatura vivem vazios. O



8º Congresso Estatutário das(os) Funcionárias(os) da USP

esvaziamento da função social e pública da universidade é um dos vetores que deslocam a opinião pública no sentido de desprezar o ensino superior e defender seu sucateamento.

Assinam:

Luiz Fellype Lisbôa Mattos (FFLCH)

Idalina Fátima de Vale Nogueira (IP)

Contribuição 4 - Educação e Universidades

Educação e Universidade

PROGRAMA DE LUTA PARA OS TRABALHADORES DA USP

É impossível listar aqui todas as reivindicações que nosso sindicato deve defender. Somos uma categoria diversificada, e além disso, temos um histórico de lutas e conquistas, mas também acumulamos muitas pautas que não foram conquistadas ao longo dos anos.

Destacaremos as reivindicações que consideramos mais importantes para a nossa categoria hoje em dia, aquelas que podem unir todos os trabalhadores da USP numa mesma luta em defesa dos empregos, salários e direitos conquistados. Essas reivindicações formam um novo programa para a categoria, que busca avançar e romper de vez com a lógica tradicional do sindicalismo brasileiro.

NÃO AO AUMENTO DA JORNADA DE TRABALHO!

Demissões em massa, anos sem contratação e avanço da terceirização estão fazendo com que na prática todos tenhamos que trabalhar mais, além de termos que pagar horas ou trabalhar em pontes e recessos, dias que a universidade não funcionaria de qualquer forma. Enquanto isso os docentes não precisam pagar nada!

Com o ponto eletrônico e o banco de horas, na prática nossa jornada de trabalho aumentou para muito mais de 40h semanais, sofremos mais assédio e perseguições das chefias, estamos cada vez mais exaustos e sobrecarregados, adoecendo mais e ficando menos com nossas famílias.

Abono das pontes e do recesso já! Abaixo o ponto eletrônico! Pelo fim do Banco de Horas!

EM DEFESA DAS NOSSAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE VIDA!

Nos últimos anos temos sofrido com a destruição dos nossos locais de trabalho, falta de funcionários, levando a acúmulo de trabalho e maior pressão das chefias, vigilância e assédio, ponto eletrônico, normas sem sentido do DRH, jornadas de trabalho mais longas. Precisamos frear essa situação nos organizando em cada local de trabalho!

Por mais que resistamos em cada local, a pressão sobre o nosso trabalho não vai parar de

aumentar enquanto não conquistarmos a **abertura de concurso público para toda a USP, pelo menos para reposição dos postos de trabalho perdidos com os PIDVs, e em todos os níveis (básico, técnico e superior). A política de contratação da atual gestão é irrisória e não vai reverter o quadro de perda de postos de trabalho!**

Além disso ainda sofremos com o arrocho salarial. Mês a mês nossos salários e vales desvalorizam. Não podemos mais aceitar nenhum centavo a menos no nosso bolso. **Chega de arrocho: Reajuste mensal dos salários de acordo com o aumento dos preços!**

CONTRA OS CORTES DE VERBA, A PRIVATIZAÇÃO E A TERCEIRIZAÇÃO!

Apesar de um caixa bilionário, paira sempre o discurso de cortes e austeridade, especialmente com os riscos no financiamento que virão com a reforma tributária. Isso demonstra que com dinheiro em caixa ou sem, a política da burocracia é sempre a mesma, atacar nossas condições de vida e de trabalho. Por isso, é preciso começar por cortar os privilégios dos políticos e da alta burocracia uspiana e também da farra das empresas privadas e fundações que parasitam a USP. Hoje, a disputa que devemos fazer é sobre a transparência do orçamento universitário e como ele é gasto, unindo-nos com toda a população trabalhadora para barrar os cortes de verba nos serviços públicos e questionar como o dinheiro é gasto.

Pra piorar, com o desmonte e a quase paralisia nas contratações, a farra das empresas privadas se dá através da terceirização dos nossos postos de trabalho. Os terceirizados ganham menos, são mais assediados e não tem os mesmos direitos que os efetivos. São superexplorados para enriquecer os empresários contratados pela universidade, muitas vezes ligados, ou sendo eles mesmos, professores do alto escalão.

Além de barrar o avanço da terceirização, temos que defender os terceirizados, buscando estender os direitos e a proteção dos efetivos a eles em cada local de trabalho. Defender todos os que já trabalham e fazem a universidade funcionar, até a

conquista da efetivação sem concurso público de todos os atuais terceirizados da USP!

ABAIXO COM OS CANALHAS, PODER PRA QUEM TRABALHA!

Assim como a burocracia e os empresários têm suas organizações, nós temos as nossas: o sindicato, as reuniões de unidade, assembleias, o comando de greve e nossa central sindical e popular. Nossas organizações são a real oposição à estrutura de poder universitária, e é a partir delas que podemos lutar pelo controle da universidade e frear o autoritarismo da reitoria!

A cada ato e paralisação, a cada greve e a cada piquete, se coloca a seguinte questão, quem manda na universidade (e no país)? A minoria de parasitas de dentro de seus gabinetes, com todos seus aparatos jurídicos e policiais para se protegerem, ou a maioria organizada, os milhares de homens e mulheres que fazem a universidade e o país funcionarem?

UMA SÓ CLASSE, UMA SÓ LUTA!

Luta contra as opressões e auto-organização

Negros, indígenas, mulheres e LGBTs, os setores oprimidos da nossa categoria, são os mais afetados pelos ataques. A discriminação e violência sofrida por esses grupos se soma à exploração capitalista, rebaixando ainda mais suas condições de sobrevivência. Devemos defender e apoiar a luta pelos direitos democráticos destes setores, garantir

espaço e voz de destaque para eles na nossa entidade e nos nossos fóruns, além de manter e aprimorar as condições para a auto-organização desses setores, tanto no sindicato, quanto em seus locais de trabalho.

Aliança com os estudantes: em defesa das condições de estudo e permanência

A USP tem sido desmontada e sucateada e as condições de estudo, sobretudo nos cursos e unidades menos ligados ao mercado. Permanência é uma das principais lutas do movimento estudantil e o sindicato deve continuar apoiando essa luta junto com os estudantes, sobretudo os oriundos da classe trabalhadora, combatendo o caráter elitista da universidade.

Contra os ataques dos governos e dos patrões! Abaixo a exploração capitalista!

Os nossos problemas são os mesmos da nossa classe, precisamos por meio deste programa e em cada oportunidade combater o corporativismo e ajudar a avançar a consciência de classe dos nossos colegas contra a exploração capitalista em apoio às demais categorias de trabalhadores, sobretudo à classe operária em luta.

Sozinhos, lutando “só pelo nosso”, nós somos muito fracos. Os nossos inimigos mais imediatos estão aqui nos palácios da universidade, mas os nossos principais aliados estão lá fora, trabalhando e resistindo, como nós.

“TRABALHADORES DE TODO MUNDO, UNI-VOS!”

ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA!

Assinam:

Amanda Ferreira (ECA)

Felipe Cavalheri (SESMT)

Felipe Sunaitis (FFLCH)

Gustavo Carneiro (IP)

João Borghi (FFLCH)

Reinaldo Souza (FE)

Contribuição 5 - Educação e Universidades

MOVIMENTO NOSSA CLASSE E INDEPENDENTES

EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

Combater o desmonte e a privatização da Educação e das universidades. Em defesa da Educação pública! Por uma universidade à serviço dos trabalhadores e da população pobre!

Considerando que:

No contexto de crise econômica, os capitalistas avançam ainda mais para submeter a educação à lógica privatista, colocando o ensino e a pesquisa a serviço dos lucros de empresários, banqueiros e industriais e da perpetuação da opressão. Os ataques do governo Bolsonaro à educação aceleraram o sucateamento de universidades federais, além de ataques à pesquisa com cortes de verbas que deixaram milhares de pesquisadores e estudantes sem bolsas. Nos anos de governo do PT foram aprovados projetos como o Prouni e o Reuni que fizeram da educação superior privada um nicho ainda mais lucrativo para os empresários da educação e durante o governo Dilma foi aprovado o Marco Legal da Ciência e Tecnologia e Inovação atrelando diretamente as pesquisas às necessidades do mercado. O governo Lula-Alckmin não revogou os cortes à Educação feitos durante os governos Temer e Bolsonaro e aprovaram novos cortes que somam R\$ 3,2 bilhões, além de aprovarem o Arcabouço Fiscal, tudo isso para garantir o pagamento da dívida pública. O Novo Ensino Médio, é uma política bolsonarista que segue sendo levada a frente pelo governo de Lula-Alckmin, impondo a lógica empresarial nas escolas para precarizar ainda mais a educação e perseguir o direito de cátedra dos professores.

Tudo isso se expressa fortemente na onda inicial de greves da educação em curso no momento do fechamento desta tese, protagonizada por nossos companheiros trabalhadores das universidades e institutos federais, e pelos servidores municipais de capitais como São Paulo e Salvador. O arcabouço fiscal de Lula e Haddad obriga o reajuste zero dos servidores federais e isso encoraja e legitima que governos locais de extrema direita, como Tarcísio e Ricardo Nunes, rebaixem ainda mais o reajuste dos funcionalismo estadual e municipal. Por isso as lutas precisam se unificar para lutar juntos contra o arcabouço, o NEM e pelos salários.

Seguindo a cartilha da extrema-direita, em São Paulo, Tarcísio e seu secretário da Educação

Ricardo Feder avançam contra os professores, demitindo em massa os professores categoria O, que têm contratos precários, enquanto fortalece medidas repressivas aos professores. Para impor seu projeto de privatização nas universidades estaduais paulistas, Tarcísio escolheu para a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação Vahan Agopyan, ex-reitor da USP e o responsável por implementar ataques como a desvinculação do HRAC, avanço da terceirização, precarização do trabalho, arrocho salarial, demitir mais de 3 mil funcionários através do PIDV, desmontar os centros de saúde, as prefeituras e as creches e restringir as políticas de permanência estudantil e aprovar, junto com Marco Antonio Zago (atual presidente da Fapesp), em 2017 Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-financeira da USP. Vahan é um dos idealizadores do projeto “USP do futuro”, feito pela consultoria McKinsey, que guia a implementação na USP dos princípios apontados pela lei do Marco Legal da Ciência que servem à proposta de Tarcísio de aproximação da universidade pública ao mercado.

A Reitoria da USP, com Carlos Carlotti e Maria Arminda no comando, faz um discurso de inclusão, diversidade e pertencimento, com concessões parciais que servem para dividir e passivizar os trabalhadores enquanto implementa duros ataques.

O desmonte operado pela reitoria e pela burocracia acadêmica sujeita os trabalhadores efetivos a maiores jornadas de trabalho impostas através do Banco de Horas, assédio moral combinado ao avanço da terceirização. Hoje a USP tem o menor quadro de trabalhadores efetivos desde 1989 e o maior quadro de trabalhadores terceirizados. Seu projeto de “universidade empresarial” separa a universidade e o conhecimento produzido do conjunto da população trabalhadora e da juventude se utilizando de subfinanciamento, modificando as relações de trabalho de professores, pesquisadores e servidores,

mudando o caráter do conhecimento, reprimindo quem resiste e dificultando a organização sindical.

Com a reforma tributária de Haddad, o financiamento das universidades, que dependiam até então da arrecadação do ICMS, está em jogo e o CRUESP têm negociado com o governo estadual a portas fechadas uma nova forma de financiamento que resultará em maior entrada de empresas privadas na universidade, avanço da terceirização e em políticas de desmonte de serviços públicos e extensão universitária.

Para lutar contra todos os ataques à Educação e esse projeto privatista, elitista e racista de universidade precisamos apostar no caminho que os trabalhadores da USP mostraram ao longo dos anos: a mobilização e a luta junto aos estudantes, professores e população defendendo uma educação pública, gratuita e de qualidade e uma universidade à serviço dos interesses da classe trabalhadora e do povo pobre.

Propomos lutar:

1) Contra os cortes à Educação, o Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e pela revogação do Arcabouço Fiscal e o Novo Ensino Médio;

2) Em defesa da Educação pública, gratuita e de qualidade, por mais verbas para a Educação em todos os níveis e por uma universidade a serviço dos interesses dos trabalhadores e do povo pobre;

3) Em defesa das cotas étnico-raciais, rumo ao fim do vestibular. Pela ampliação de vagas e contratação de professores e trabalhadores em todas as universidades. Pela estatização das universidades particulares sem indenização aos empresários da educação;

4) Pela anulação integral dos Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-financeira da USP, responsável pelo aprofundamento do desmonte da universidade e pela precarização das condições de trabalho, estudo, ensino e pesquisa.

Assinam:

MOVIMENTO NOSSA CLASSE E INDEPENDENTES

5) Por uma Estatuinte Livre e Soberana que discuta democraticamente o funcionamento da Universidade, dissolvendo o CO, e colocando em seu lugar um organismo que governe a universidade realmente democrático, formado pela unidade de trabalhadores efetivos e terceirizados, estudantes e professores, com maioria estudantil.

6) Pela anulação integral dos Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-financeira da USP, responsável pelo aprofundamento do desmonte da universidade e pela precarização das condições de trabalho, estudo, ensino e pesquisa.

7) Abaixo as demissões em massa dos professores categoria O por Tarcísio. Igualdade de salários e direitos e efetivação sem concurso dos professores temporários e precarizados assim como de todos os terceirizados e contratados.

8) Contratação de trabalhadores e professores efetivos para USP! Reincorporação dos trabalhadores dos navios do IO demitidos arbitrariamente pela reitoria com a garantia de todos seus direitos! Igualdade salarial e de direitos para todos os trabalhadores terceirizados e das fundações! BUSP para todas as trabalhadoras terceirizadas! Efetivação de todos os terceirizados sem necessidade de concurso público!

9) Lutar em defesa de todos os lutadores! Pela reintegração de todos os demitidos políticos: Brandão, Alexandre e Givanildo, e a retirada de todos os processos contra os lutadores. Abaixo a perseguição aos estudantes. Fora PM da USP;

10) Em defesa da aliança-operário estudantil! Garantia de verbas para permanência estudantil para atender toda a demanda de moradia, alimentação, creches, bolsas de estudo, salas com computadores, bibliotecas e assistência odontológica e médica para que os estudantes negros e mais pobres possam concluir seus estudos.

11) Ruptura dos convênios da USP com Israel.

Contribuição 6 - Educação e Universidades

Diferença com contribuição da Diretoria do Sintusp sobre a consigna de Estatuinte

A diretoria do sindicato decidiu encaminhar contribuições sobre o temário do Congresso expressando posições que fossem consensuais entre os membros da atual direção. A princípio, a deliberação era de apresentarmos contribuições unificadas de temas consensuais, e aquilo que não fosse consenso cada indivíduo ou grupo poderiam apresentar suas próprias posições.

No entanto, no momento da aprovação final das contribuições, apresentamos algumas diferenças pontuais, e solicitamos que esses pontos fossem retirados, em nome do consenso. Os grupos majoritários optaram por impor uma votação de maioria, e as contribuições foram apresentadas como assinadas pelo conjunto da diretoria.

A partir disso, consideramos justo apresentarmos ao conjunto das (os) delegadas (os) os pontos de divergência, para que fique explícito o que não foi consensual dentro da direção do sindicato.

No ponto de educação e universidade, a grande divergência é sobre a reivindicação de uma Estatuinte Livre e Soberana. Sabemos que essa questão é parte do programa do sindicato aprovado no último congresso, ainda que, naquele momento, tratou-se de algo polêmico. Do mesmo modo, setores do movimento estudantil e a própria Adusp também costumam defender algo semelhante, ainda que com formulações mais mediadas quanto à composição de uma eventual estatuinte.

O que seria uma estatuinte? Seria um fórum, com delegadas (os) eleitos na base, para formular um novo estatuto para a universidade. Nesse momento, poderiam ocorrer alterações mais profundas na estrutura de poder de universidade.

Consideramos que caso algo do tipo ocorra, seria um avanço democrático, sem dúvidas. O problema é termos isso como uma reivindicação do movimento como se fosse uma alternativa à atual estrutura de poder antidemocrática da Universidade.

É importante lembrarmos que a própria reitoria, em momentos de crise de legitimidade, já chegou a aventar essa possibilidade. Inclusive, após a ocupação da reitoria e grande greve realizada em 2007, foi aprovado pela reitoria um congresso das 3 categorias com esse caráter. Ou seja, longe de ser uma reivindicação que se contraponha frontalmente à estrutura de poder, trata-se de uma salvaguarda da própria estrutura para momentos de crise. É o famoso “vão-se os anéis, ficam-se os dedos”.

Nesse sentido, mais relevante que defendermos fórmulas institucionais como uma alternativa de poder dentro da universidade (ainda que com o termo livre e soberana) o mais importante é fortalecermos os nossos próprios espaços de organização, como as reuniões de unidade, assembleias. E, fundamentalmente, nos momentos de luta é que avançamos e podemos realmente colocar em xeque a estrutura de poder da Universidade, a partir das greves, piquetes e comandos de luta, especialmente quando estes se constroem em unidade com estudantes e docentes.

Por isso não defendemos a consigna de Estatuinte Livre e Soberana. Propomos, por um lado, defender sim a derrubada de toda a estrutura de poder arcaica da universidade. E, por outro lado, fortalecer nossos próprios organismos de luta, que podem se converter efetivamente como uma alternativa à atual estrutura de poder da universidade.

Assinam:

Diretores do Sintusp:

Felipe Costa Sunaitis (FFLCH)

Reinaldo Souza (FE)

Cdbista:

João Borgui (FFLCH)

Contribuição 7 - Educação e Universidades

Contribuição da Diretoria EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

Considerando que:

A Educação vem sendo precarizada em todos os seus níveis (Infantil, Fundamental e Médio e Superior) a muitos anos em todo país. Nos anos 90 era parte fundamental das medidas recomendadas pelo FMI e o Banco Mundial o corte de orçamento público para a Educação entre outras áreas, o que foi rigorosamente cumprido pelos governos Collor, Itamar Franco, FHC e depois por Lula (que criou o Pro-Uni e o Reuni fazendo da educação superior privada um nicho ainda mais lucrativo para os empresários da educação) e Dilma que foi responsável pela aprovação do Marco Legal da Ciência e Tecnologia e Inovação. Com a aprovação do Teto de Gastos em 2016 os cortes na educação foram aprofundados e a realidade das educadoras, educadores e da população piorou drasticamente em todo país. Já no primeiro semestre de seu governo Lula e Alckmin mantiveram a política de ajustes aprovando um novo corte de R\$ 1,7 bilhão do orçamento que atingiram as áreas de saúde e educação, cortes esses seguidos de um novo bloqueio no segundo semestre de 2023 da ordem de R\$ 452 milhões a menos para a saúde e R\$ 333 milhões na educação de maneira que apenas em um ano foram são R\$ 3,2 bilhões bloqueados. Esses entre outros cortes são parte de uma política de austeridade do governo federal para garantir o pagamento da dívida pública. Em São Paulo, Tarcísio de Freitas encaminhou à ALESP no ano passado uma PEC para reduzir o orçamento da Educação no Estado de 30% para 25%, cortando R\$ 9 bilhões da educação. Atualmente fazem parte da pasta do MEC representantes dos interesses privados como a Fundação Lehmann, o Todos pela Educação, Itaú Social, entre outros setores que defendem a privatização da educação, tratando esse direito básico de toda população como mercadoria. Somente na última década o orçamento federal para o ensino superior e ciência no país diminuiu R\$ 117 bilhões segundo dados do Observatório do Conhecimento, baseados em informações do próprio Ministério do Planejamento. O resultado de todas essas medidas é o aprofundamento da precarização nas condições de trabalho, de ensino, pesquisa, extensão e permanência estudantil nas

escolas e universidades em todo país, bem como no atrelamento cada vez maior das pesquisas das universidades com os interesses do mercado e a explosão das universidades e centros universitários privados no país. O governo Lula-Alckmin vem mantendo o Novo Ensino Médio apesar do seu caráter precarizante na educação dos jovens e adultos nas escolas públicas por todo país. Mas não só, também são pontos de apoio da aprovação de outras medidas que submetem o conteúdo ensinado nas escolas aos interesses do mercado de trabalho, hoje profundamente marcado pela terceirização e pela uberização através da manutenção de Reformas como a Trabalhista e da Previdência a Lei da Terceirização Irrestrita, entre outras medidas. No caso das universidades estaduais paulistas (USP, UNESP e UNICAMP), responsáveis por uma parcela considerável da produção científica nacional, a atual gestão Carlotti-Maria Arminda vem avançando na implementação do projeto privatista de universidade defendido nas gestões anteriores por Marco Antonio Zago, Rodas e Vahan. O projeto USP Inovação é a continuidade do mesmo projeto privatista que levou a reitoria da USP e o Conselho Universitário a aprovarem os Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira em 2017 sob forte repressão aos trabalhadores e aos estudantes. O projeto privatista e elitista de universidade que vem sendo implementado pela atual reitoria contribui justamente para a “aproximação da universidade do mercado” lema tão caro a Tarcísio de Freitas, que não por acaso nomeou o ex-reitor Vahan Agopian para a Secretaria de Ciência e Tecnologia. Por tudo isso nosso sindicato vem debatendo com os trabalhadores, estudantes e professores a importância de nos unificar para lutar em defesa da educação pública não apenas nas universidades estaduais paulistas, mas apoiando a luta das educadoras e educadores nacionalmente como as greves dos educadores e servidores públicos municipais de São Paulo-SP, dos professores de Contagem e Uberlândia-MG, além dos servidores municipais de Florianópolis e a importante greve dos trabalhadores das universidades federais.

Propomos:

1) Lutar em defesa da Universidade Pública, Gratuita, de Qualidade, Laica, autônoma e com acesso universal. Por uma universidade a serviço dos interesses dos trabalhadores e do povo pobre!

2) Lutar por uma Estatuinte Livre e Soberana que discuta democraticamente o funcionamento da Universidade, dissolvendo esse órgão autoritário que é o CO, e colocando em seu lugar um organismo realmente democrático, que fortaleça a aliança e unidade de trabalhadores efetivos e terceirizados, estudantes e professores, com a maioria estudantil.

3) Lutar pela anulação integral dos Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-financeira da USP, responsável pelo aprofundamento do desmonte da universidade e pela precarização das condições de trabalho, estudo, ensino e pesquisa.

4) Lutar pela revogação do Marco Legal da Ciência e Inovação e pela revogação do Novo Ensino Médio, contra os cortes à Educação e pela revogação do Arcabouço Fiscal!

5) Manifestar todo apoio à luta contra a precarização na educação básica e superior nacionalmente. Abaixo as demissões em massa dos professores categoria O na rede estadual por Tarcísio. Igualdade de salários e direitos e efetivação sem concurso dos professores temporários e precarizados assim como de todos os terceirizados e contratados.

6) Lutar em defesa de todos os lutadores! Pela reintegração de todos os demitidos políticos: Brandão, Alexandre e Givanildo, e a retirada de todos os processos contra os lutadores. Abaixo a

perseguição aos estudantes. Reintegração plena e definitiva de todos os metroviários e de Mancha.

7) Lutar em defesa das cotas étnico-raciais (para ingresso nas universidades, concursos públicos para funcionários e professores) e pelo fim do vestibular. Lutamos por mais verbas para a educação pública e pela estatização sem indenização dos grandes monopólios de ensino privado.

8) Pela unidade da classe trabalhadora: Abaixo a terceirização, pela efetivação imediata de todas e todos os trabalhadores terceirizados sem necessidade de concurso público. Igual trabalho, igual direito e igual salário! BUSP para todas as trabalhadoras terceirizadas!

9) Lutar pela contratação imediata de funcionários efetivos na USP! Contratação de professores para todos os cursos. Permanência estudantil para todos os estudantes que necessitam!

10) Lutar em defesa do HU, CESEB e pela revogação da desvinculação do HRAC-Bauru (Centrinho); por contratação imediata de funcionários efetivos para todas as áreas do hospital. Contra as OSs e Fundações como a FAEPA e Fundação Faculdade de Medicina que precarizam o trabalho e o atendimento à população;

11) Lutar contra o assédio moral, o banco de horas e a compensação das horas de pontes e do recesso;

12) Lutar contra o arrocho salarial, reposição de todas as perdas salariais e reajuste mensal dos salários e dos vales de acordo com a inflação! Lutar pela isonomia salarial nas três universidades estaduais paulistas!

Assina:

Diretoria do Sintusp

Combate às Opressões

Contribuição 1 - Combate às Opressões

COLETIVO “SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS”

COMBATE ÀS OPRESSÕES

GÊNERO

As mulheres se levantam pelos seus direitos em todo mundo. O Dia 08 de Março em 2024, foi marcado de manifestações com presença de milhões de mulheres, inclusive nos países asiáticos e árabes.

Na França as mulheres tiveram uma grande vitória, depois de longos anos de luta: o aborto hoje é um direito constitucional. Nos EUA tivemos um retrocesso com Trump, através do judiciário e na Argentina Milei promete criminalizar o aborto.

Hoje no Brasil temos 37 mil mulheres em situação de rua, muitas com famílias que se empobreceram com o desemprego, falta de saúde e outros, sem nenhuma política pública.

NA USP - As mulheres da USP devem se unir e exigirem a democratização da universidade, o combate ao assédio moral, sexual e de gênero, bem como, a defesa dos direitos produtivos das mulheres e a legalização do aborto, com políticas públicas de saúde de qualidade, para aquelas que decidirem pela não gestação.

A falta de democratização e paridade nos órgãos colegiados da USP, retira todas as oportunidades das mulheres em ocuparem espaços

de decisões. O machismo se utiliza das mulheres para determinados cargos, sem que as mesmas tenham poder de decisões, pois os cargos que ocupam se submetem a organismos que na maioria são formados por homens e a ocupação destes cargos, como de vice-reitora e pró-reitora, é meramente de bibelôs.

A USP é machista, pois temos poucas diretoras de unidades e quando aparece uma que não aceita a “imposição de pensamento e política da reitoria” ela é descartada como foram várias professoras que ocuparam cargos de direção.

REFORÇAR e apoiar o trabalho e proposituras das Secretaria de Mulheres, Secretaria de Negras e Negros, Secretaria LGBTQIA+.

A FAVOR do Aborto com políticas públicas de atendimento gratuito e de qualidade para as mulheres.

A FAVOR DAS Cotas Raciais, inclusive nos concursos Públicos. Fim do Vestibular.

CONTRA toda forma de opressão machista, racista, lgbtfóbica e xenófoba. Punição e criminalização dos que praticam esses crimes.

TESE DO COLETIVO SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS: É HORA DE FALAR DE REVOLUÇÃO

Assina:

COLETIVO SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS

Contribuição 2 - Combate às Opressões

Comunistas Revolucionários

Combate às Opressões

Um dos temas mais recorrentes na universidade é o das opressões, e ele está associado ao surgimento de inúmeras categorias que pretendem redefinir o modo como encaramos sexualidade, racismo, gênero, etc. Esta redefinição, se bem cumpra o positivo papel de trazer à superfície questões normalmente deixadas de lado e que envolvem o sofrimento físico e psíquico e a marginalização social de inúmeros setores historicamente discriminados, também perturba o sentido lógico das coisas e sua devida compreensão, procurando alterar o significado profundo de conceitos usuais e úteis.

Por exemplo: biologicamente, só existem dois gêneros: masculino e feminino; o hermafroditismo é um fenômeno raro. A insistência em tentar introduzir novos gêneros no vocabulário para descrever comportamentos sexuais ou o maior o menor grau de identificação com determinadas características não só não contribui em nada para o entendimento e a aceitação social de comportamentos sexuais particulares ou formas de falar e se vestir, como estigmatiza ainda mais essas particularidades. Do ponto de vista da definição de normas procedimentais em saúde pública, embaralhar o conceito de gênero é ainda mais incompatível com a realidade.

A estratégia é lutar no mundo das ideias para transformar a realidade por meio de uma percepção perturbada dela. A estratégia tem se mostrado totalmente inútil, como a tentativa de incluir um pronome neutro na língua portuguesa. (Nos países falantes de língua inglesa, o artigo definido é neutro há séculos e existe machismo e opressão sobre a mulher tanto quanto nos países falantes do português.) Dizer isso, embora possa parecer cômico, é necessário para libertar da máscara infantil com a qual querem revestir a importante batalha a ser travada pela liberdade sexual e igualdade entre todos. Veja a que nível de sandice chegamos. Chega de lutas imaginárias que não servem para nada, que não têm alcance nenhum e que só desmoralizam a esquerda! Chega de revoluções linguísticas de uma língua que ninguém fala e que não tem nenhum impacto na vida das pessoas reais!

Defendemos a intensificação da campanha pela mais ampla liberdade sexual desde a infância, pelo direito de demonstração pública da sexualidade, seja ela qual for, pelo reconhecimento legal para todos os fins de todo tipo de relacionamento afetivo (bigamia, poligamia, casamento homossexual, bissexual, etc.), pela emancipação sexual (para todos os fins legais) aos 14 anos de idade, pela possibilidade de adoção de crianças por casais homossexuais e polígamos estáveis ou não, pela disponibilização de operações de mudança de sexo para adultos no Sistema Público de Saúde, banheiros unissex (opcionais) nas repartições públicas, legalização da profissão de prostituta e garantia dos seus direitos trabalhistas, irrestrito direito ao aborto, etc.

É preciso criar um amplo programa de proteção aos jovens que são expulsos de casa, muitas das vezes, por intolerância sexual. Problema que afeta especialmente os transexuais.

Defendemos as cotas, inclusive nos concursos públicos, para pretos e transexuais, embora consideremos altamente insuficiente essa medida como meio de reparação histórica ou nivelamento social dos setores marginalizados. É preciso uma redistribuição radical da renda e a universalização do acesso ao ensino em todos os níveis para que se possa de fato solucionar o problema do negro e do travesti, medidas que são técnica, econômica e socialmente possíveis e até simples de implementar em uma sociedade socialista, mas incompatíveis com o funcionamento do atual regime. Por isso, rejeitamos a política que consideramos demagógica de todos os que querem criar uma nova elite negra e uma nova elite gay, a pretexto de combater o racismo e a homofobia.

Rechaçamos como absolutamente contraproducente a revitalização pretendida por setores de esquerda de credices e mitos atávicos de tempos imemoriais, como se tais mitos pudessem ajudar a libertar a população negra ou indígena. Lutamos contra o mito religioso seja qual

forma ele assuma, respeitando, é claro, o irrestrito direito à prática de qualquer religião, do satanismo ao espiritismo, do islamismo ao budismo, do jinaísmo ao candomblé. O retorno à ancestralidade é uma forma esdrúxula de reacionarismo extremo.

Defendemos a igualdade entre todos e, embora reconhecendo a particularidade da

situação de cada etnia, raça, gênero, etc., não estimulamos nenhum tipo de divisão baseada nessas diferenças. Pelo contrário, instamos todos os setores marginalizados e os não marginalizados a se unirem na luta por uma sociedade onde todos tenham a obrigação de trabalhar, possam exercer as mais variadas funções e recebam salários iguais.

Assinam:

Luiz Fellipe Lisbôa Mattos (FFLCH)

Idalina Fátima de Vale Nogueira (IP)

Contribuição 3 - Combate às Opressões

MOVIMENTO NOSSA CLASSE E INDEPENDENTES

Unir nossa classe na luta contra todas as opressões!

Considerando que:

Com o aprofundamento da crise capitalista e com os governos de extrema direita como de Tarcísio, inimigo de todos os setores oprimidos, fortalecidos pela conciliação de classes do governo de frente ampla Lula-Alckmin vemos o avanço da privatização, da terceirização e da precarização do trabalho. É sobre os ombros dos oprimidos que recaem o ódio da extrema-direita que custam suas vidas, com o aumento do feminicídio, transfeminicídio, da violência policial do Estado, do racismo, da LGBTfobia.

Na USP, o avanço da terceirização escancara as contradições de uma universidade pública considerada a melhor da América Latina, com a piora nas condições de trabalho. São maioria de mulheres negras que trabalham nos postos mais precarizados das empresas terceirizadas. Recebem menos da metade do salário de um funcionário de nível básico. Além disso, a sobrecarga e as péssimas condições de trabalho são gritantes. A universidade sequer se compromete em garantir suas próprias responsabilidades em relação a refeitórios e vestiários, além de favorecer empresas terceirizadas que sistematicamente atrasam salários e benefícios. Por fim, os relatos de assédios moral e sexual e casos de violência sexual, são comuns e acobertados pela USP. Ou seja, sobre as trabalhadoras terceirizadas vemos a expressão mais acabada de como o patriarcado se materializa na vida das mulheres trabalhadoras: aprofunda a desigualdade salarial, o adoecimento físico e mental e a violência de gênero. Nenhuma campanha séria pela equidade de gênero pode estar alheia ao combate à terceirização e precarização do trabalho.

Pelo 15º ano consecutivo o Brasil é campeão de morte de pessoas LGBTQIA+. Recentemente o governo Lula-Alckmin lançou os parâmetros para o novo RG mantendo a obrigatoriedade do nome de registro junto ao nome social e do campo "sexo", desrespeitando uma demanda histórica do movimento LGBT. Nosso sindicato carrega na sua história a defesa de todos os oprimidos. É preciso fortalecer as políticas de formação e debate sobre gênero e sexualidade, combatendo o machismo a transfobia e homofobia entre a nossa classe para fortalecer a unidade das nossas fileiras,

incorporando suas demandas mais sensíveis à nossa luta.

O Brasil é o maior país negro fora da África. O racismo é uma forma de opressão criada sob o capitalismo no passado para escravizar milhões de negros e nos dias de hoje serve para aumentar os lucros dos capitalistas e dividir a nossa classe. A farsa da "democracia racial", diz que negros e brancos têm igualdade de condições, localizando o racismo como um problema de indivíduos racistas para eximir a classe dominante e o estado capitalista da sua responsabilidade. Os postos de trabalho mais precarizados são ocupados por uma maioria de negras e negros. O PL da Uberização impacta diretamente nas relações de trabalho deixando os negros mais vulneráveis enquanto fortalece os lucros dos empresários.

São os negros a esmagadora maioria das vítimas das chacinas policiais, como a que acontece hoje na baixada santista. As mães de vítimas de violência do Estado têm se levantado no Brasil todo para denunciar a barbárie a que seus filhos foram submetidos. Precisamos estar ao lado dessas mulheres em defesa dos filhos da nossa classe, contra a violência policial e pelo fim de todas as polícias.

A revoltante situação dos povos originários, responsabilidade do capitalismo e que se aprofundou nos anos de Bolsonaro, com o governo Lula-Alckmin segue sem resposta, preservando os ruralistas à custa de sangue indígena e do meio ambiente. Fortalecer as mulheres, a comunidade LGBTQIA+, negros e indígenas da nossa categoria, significa defender a vida e os direitos dos oprimidos, que são linha de frente das lutas. Defendemos que as lutas contra as opressões sejam encampadas por todos os trabalhadores, unificando nossa classe e combatendo entre os trabalhadores as ideias que só servem à exploração e aos interesses da classe dominante.

Precisamos superar o limite imposto pelas burocracias sindicais da Força Sindical, CUT, CTB, UGT que atuam como um freio na luta de classes e separam a luta das mulheres, das LGBTs e do povo negro das lutas econômicas mantendo sua trégua com o governo e com os patrões.

Propomos:

- 1) Fortalecer as Secretarias de Mulheres, de Negras e Negros e LGBTQIA+ do Sindicato;
- 2) Lutar em defesa da igualdade salarial entre negros e brancos, entre homens e mulheres;
- 3) Lutar contra as opressões e precarização do trabalho: efetivação dos terceirizados sem necessidade de concurso público!
- 4) Lutar pelo fim das operações policiais que assassinam a juventude negra e o povo trabalhador em todo o país, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia sem nenhuma confiança na Justiça. Confiamos apenas na força da nossa mobilização para arrancar justiça e pela punição dos responsáveis pelos assassinatos. Pelo fim dos tribunais militares! Lutamos pelo julgamento dos policiais por júri popular e pelo fim da polícia, essa instituição racista e assassina.
- 5) Lutar contra o PL do Marco Temporal, em defesa da demarcação de terras para indígenas e quilombolas!

- 6) Lutar contra a violência de gênero: por um plano de combate de violência às mulheres e LGBTQIA+!
- 7) Lutar pelo direito a creches para todas as trabalhadoras efetivas ou terceirizadas e todas as estudantes mães!
- 8) Lutar contra os discursos nacionalistas e xenófobos contra os imigrantes. Reafirmamos todo apoio aos trabalhadores imigrantes africanos, haitianos, bolivianos e venezuelanos.
- 9) Organizar os setores oprimidos de forma independente dos governos e patrões sem depositar nenhuma confiança no judiciário racista e machista!
- 10) Lutar pela separação entre Estado e Igreja, fundamental para a o direito ao aborto legal, seguro e gratuito e a liberdade de culto e o fim da perseguição às religiões de matriz africana.
- 11) Lutar pelo direito ao aborto legal, seguro e gratuito para acabar com as mortes de mulheres por abortos clandestinos!

Assinam:

MOVIMENTO NOSSA CLASSE E INDEPENDENTES

Contribuição 4 - Combate às Opressões

Contribuição da Diretoria

LUTA CONTRA AS OPRESSÕES

Considerando que:

O capitalismo se apoia e mantém historicamente os diversos tipos de opressão que servem à sua dominação de uma classe sobre a outra e à maior exploração desses setores. A classe trabalhadora brasileira e internacional é composta cada vez mais por mulheres, migrantes, negros, indígenas, LGBTQIAP+ e a opressão de todos os tipos só pode servir à classe dominante, por isso debater como enfrentar a opressão sofrida por todos esses setores é uma questão fundamental para enfrentar e derrotar o capitalismo a para a construção de uma nova sociedade livre da exploração e da opressão.

A luta contra o machismo, o racismo e a homofobia precisa ser assumida com toda força e importância pela classe trabalhadora a partir dos seus sindicatos, nas suas lutas e no cotidiano dos locais de trabalho colocando-se em defesa de todos os setores oprimidos da sociedade e assumindo suas reivindicações. O racismo, o machismo e a homofobia dividem as fileiras da nossa classe e servem à classe dominante para aumentar a exploração. Saudamos as lutas encabeçadas internacionalmente pelo movimento de mulheres questionando o patriarcado, a misoginia e a violência contra as mulheres e apontando um caminho que pode avançar no questionamento da exploração capitalista. Da mesma forma a luta do povo negro que tomaram diversos países no mundo como o movimento Black Lives Matter nos Estados Unidos, a luta do povo haitiano e a heroica resistência do povo palestino que vem sendo massacrado pelo Estado terrorista e sionista de Israel.

Propomos:

1) Para avançar na luta pela unidade da classe trabalhadora é preciso defender os setores mais explorados como os trabalhadores terceirizados e precarizados onde os negros e as mulheres são a ampla maioria. Por isso lutamos por iguais direitos e salários entre trabalhadores negros e brancos, mulheres e homens, imigrantes, batalhando pelo fim da terceirização, pela efetivação imediata de todas e todos os trabalhadores terceirizados sem necessidade de concurso nos serviços públicos.

2) Lutar em defesa do direito das mulheres ao próprio corpo e à educação sexual nas escolas para decidir, assim como o direito ao aborto legal, seguro e gratuito para não morrer.

3) Debater nos locais de trabalho e de participação política e social o combate ao assédio e abuso sexual, assim como qualquer tipo de violência contra as mulheres, lutar pela unidade das fileiras de trabalhadores homens, mulheres e LGBTQIAP+, efetivos e terceirizados no combate às opressões. Pela efetivação das trabalhadoras terceirizadas da USP e Serviços Públicos, a terceirização e precarização do trabalho sujeita às piores condições de trabalho e situações de assédio e exploração sexual.

4) Fortalecer as secretarias do Sintusp de luta contra as opressões e fortalecer os setoriais de combate às opressões da CSP-Conlutas.

5) Em defesa das cotas raciais proporcionais a população negra de cada estado, rumo ao fim do vestibular!

6) Intensificar a luta contra o Marco Temporal e pela demarcação dos territórios quilombolas e indígenas;

7) Não à ameaça de nova intervenção militar no Haiti! Fora o imperialismo do Haiti e da América Latina e Caribe! Pelo direito à autodeterminação do povo haitiano!

Assina:

Diretoria do Sintusp

Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias

Contribuição 1 - Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias

Contribuição Assistencial a Todos os Integrantes da mesma Categoria, mesmo que não Filiados ao Sindicato. Proposta ao Sintusp

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DOS EMPREGADOS:

Esta Compatível desde 09/11/2023, na Constituição a imposição de contribuição compulsória, por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho, a empregados não filiados ao Sindicato respectivo.

O que é contribuição assistencial? Já considerada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a contribuição negocial — uma espécie de retribuição do trabalhador às conquistas salariais obtidas pelos sindicatos — foi apontada como possível fonte para o funcionamento das entidades sindicais. 6 de nov. de 2023.

ARE 1018459 do STF, institui a contribuição assistencial a todos os integrantes da mesma

categoria, mesmo que não filiados ao sindicato, **contudo, fica assegurado o direito de oposição.**

Toda esta arrecadação será integral para pagar as dívidas do Sindicato. Em havendo sobra, será pago dívidas trabalhistas e Fiscais da “entidade”. Na sobra, deverá se repor a diferença do prêmio dos funcionários USP x aos do sindicato, no valor igual ao servidor USP da último prêmio de 2023. **Aos anos posteriores. Se obedecer ao mesmo teor administrativo, e com a sobra de valores, o investimento será em Computadores, em Infraestrutura e no “Jurídico” do Sindicato. Se ainda houver sobra, será chamado novo congresso, de ponto específico deste fato.**

Qual é a função de um Delegado Sindical?

Como representante direto, o delegado sindical atua em seu local de trabalho como presença viva do próprio sindicato. Com a incumbência de representar, defender, ouvir e estimular os seus colegas, o delegado passa a ser um fiscal dos direitos e deveres dos trabalhadores filiados.

O que significa delegado sindical?

Eleito pelos colegas de trabalho, o delegado sindical é a voz dos trabalhadores no Sindicato, assim como o representante da entidade na unidade em que atua. Presente no cotidiano, o delegado sindical conhece as formas de opressão, assédio e outras violações dos direitos da categoria.

O que faz um diretor de Base do Sindicato?

Além de representar e defender os interesses dos trabalhadores administrativa e politicamente, participando de negociações e

eventos em defesa da categoria e dos trabalhadores como classe, faz um trabalho de mobilização e conscientização, com esclarecimentos às dúvidas e questionamentos da base.

O que é representante de base?

Os representantes de base representam os sindicalizados e não sindicalizados nos locais de trabalho e participam do Conselho de Representantes, com os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e da Suplência do sindicato.

Conforme disposto no artigo 543 § 3º da CLT; No entendimento de que “Delegado Sindical não é beneficiário da estabilidade provisória” (já que sua escolha não se dá por eleição), não vale quando a referência é a categoria do tele atendimento. Neste caso, a estabilidade é prevista em norma coletiva, sendo sua duração, desde a candidatura até um ano após o mandato (artigo 543 § 3º da CLT).

Assina:-

Carlos Alberto Pereira Bezerra. CDB – Ribeirão Preto.

Contribuição 2 - Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias

COLETIVO “SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS”

CONCEPÇÃO SINDICAL E MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

Continuamos a defender os conceitos e princípios descritos no Prólogo do Estatuto do SINTUSP (LER O ESTATUTO).

O nosso sindicato deve continuar sendo **CLASSISTA**, pois o principal objetivo do sindicato é a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Os (as) trabalhadores (as) isolados (as) ou divididos (as) em corporações, tendem a limitar a luta pelos direitos da categoria e se torna incapazes de fazer respeitar estes direitos, tornando se corporativo.

O sindicalismo classista une os trabalhadores dando-lhes uma consciência coletiva combatendo o individualismo e a concorrência, criando uma relação de forças favoráveis na luta de classes contra os patrões, governos e o imperialismo.

Temos que sempre lutar para que o sindicato seja um instrumento de lutas contra os patrões, governos e políticas editadas contra os trabalhadores. Sindicato não deve ser visto como uma empresa, associação recreativa e com fins lucrativos. Sindicato é uma máquina de guerra que interfere na luta de classes, sempre a favor da classe trabalhadora.

SINTUSP INDEPENDENTE E AUTÔNOMO

O SINDICATO surgiu no Brasil e no mundo como uma organização livre, independente e autônoma, isto é, sem qualquer atrelamento com os estado, patrões e partidos. A luta por esta independência tem que estar presente nas direções sindicais combativas, mas esta luta não pertence a nenhum grupo ou pessoas e sim aos próprios trabalhadores. Reafirmamos também a luta para não sairmos deste caminho.

DEMOCRÁTICO

A Democracia operária no sindicato é um princípio que se realiza nas decisões coletivas e na própria forma da organização sindical.

Devemos nos orgulhar do avanço democrático que nosso sindicato teve, em 1979, quando formamos um Comando de Greve com representantes eleitos nas unidades e este foi o modelo para a formação do nosso CDB – Conselho Diretor de Base, que é uma instância formada por representantes de unidades, com pensamento e

posições de todas as correntes políticas e partidárias, mais os membros da diretoria colegiada, sendo esta instância deliberativa superior à diretoria. Devemos batalhar para elevar a consciência de classe dos nossos cedebistas e prepara-los para as lutas de classes do próximo período.

Em 1989 acabamos com o Presidencialismo e foi instituído a “diretoria colegiada”, sem presidente e ou Coordenador Geral, etc...com todos os diretores com direitos e responsabilidades iguais.

Não podemos aprovar a **PROPORCIONALIDADE** na composição da Diretoria, pois com esta experiência tivemos o pior período deste sindicato. Defendemos que a democracia maior do sindicato é aquela com espaço para todas as correntes e partidos, se expressando nos seus Fóruns de acordo com a organização própria dos trabalhadores (as), como ocorreu nesta gestão em andamento, aonde hoje a diretoria é composta por três correntes políticas e independentes. Devemos lembrar que hoje os partidos ditos de “pseuda – esquerda”, direita e a extrema direita, rondam o sindicalismo.

Assim, propomos a manutenção do CDB – Conselho Diretor de Base e **Eleição Majoritária da diretoria.**

Rotatividade de Diretores Liberados e Diretores na direção: somos contra.

Sempre defendemos que tanto na diretoria colegiada, como os diretores liberados, isto é, afastados para o exercício do mandato sindical, haja uma composição que mescle diretores experientes com novos, o que possa garantir uma direção eficiente e com a incorporação dos que chegam, na execução das políticas deliberadas em diretoria, CDB, Assembleias e Congresso.

Demitidos políticos.

O princípio da solidariedade sempre esteve presente no SINTUSP ao longo da sua história. Hoje temos três demitidos políticos, com os seus direitos trabalhistas (em risco), somos solidários diante das grandes tragédias humanitárias e principalmente com os trabalhadores (as) da base. A militância do

sindicato tem se enfraquecido, portanto, no próximo período, não podemos ficar sem estes três demitidos políticos que tomaram nas lutas de classes dentro da universidade, contra reitores e exploradores, o que poderia e poderá ainda acontecer com outros militantes. Fazemos autocrítica por não termos submetidos à avaliação destes demitidos em

Assembleia a cada 12 meses. Mas quem convive a universidade e milita neste sindicato, não pode deixar de reconhecer que os três seguem na defesa intransigente dos direitos da categoria, alavancando as lutas e participando ativamente de todas as atividades e Fóruns do sindicato. **Manutenção dos três demitidos com todos os direitos trabalhistas.**

MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

CRIAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

Somos contra o negacionismo e acreditamos nos efeitos das mudanças climáticas global oriundas da destruição do meio ambiente, queimadas das florestas e cerrado e a emissão de gases estufa, que vem aumentando o aquecimento global e outros gases que destroem a Camada de Ozônio. No mundo grandes capitalistas, detentores da produção de alta tecnologia, através de equipamentos elétricos descartáveis e a mineração ilegal, contaminam a terra e o mar. O mar já convive com toneladas de plásticos, mercúrio, pilhas e outros componentes eletrônicos.

Quem mais sofre com as mudanças climáticas são as populações pobres, que são obrigadas a morar em áreas sem nenhuma infraestrutura, que serão afetadas pelo excesso das chuvas, vendavais e desmoronamentos de terra, provocando grandes tragédias. O Sindicalismo discute muito pouco ou quase nada, sobre o meio ambiente. É comum vermos em festas militantes jogando latinhas e garrafas no lixo comum, sem lembrar que um trabalhador e ou aposentado, estão sobrevivendo da busca e venda destes materiais recicláveis.

Sabemos também que o poder público pouco investe em meio ambiente e em projetos de recicláveis, portanto, temos que cobrar as iniciativas governamentais.

A Secretaria de Meio Ambiente competirá:

- a) Organizar a Secretaria;
- b) Criar atividades que conscientize os trabalhadores sobre a necessidade de ajudar a cuidar do meio ambiente;

c) Cobrar da reitoria e dos governos projetos de recicláveis;

d) Realizar debates sobre Temas relacionados ao meio ambiente.

Artigo 40º. do Estatuto, complementando a letra e), de que como será a representação de um cedebista eleito, quando no meio do seu mandato, é transferido para outra unidade.

CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Importante destacar que a contribuição negocial não tem relação com a antiga Contribuição Sindical, também conhecida como Imposto Sindical, que foi banida da legislação pela Reforma Trabalhista (Lei 13467/2017).

A Contribuição Negocial será um aporte financeiro para o SINTUSP, que acumulou dívidas, depois da implantação de dois PIDV, que levou 3.000 funcionários a saírem da universidade, conseqüentemente centenas destes deixaram de contribuir com o sindicato, que ajudará custear despesas com Campanha Salarial e renovação do ACT – Acordo Coletivo de Trabalho e outras lutas.

As lutas que levaram à inúmeras conquistas dos funcionários, fizeram com que as finanças ficassem fragilizadas, como acontece com a maioria dos sindicatos no Brasil na atualidade, até por serem comuns gastos expressivos nestas grandes lutas.

Somos a favor da implementação da Contribuição Negocial, com o objetivo de saldar a dívida do sindicato e fazer um Fundo para as Lutas e Greve. Não construímos opinião ainda sobre percentual de desconto e tempo de desconto.

O Congresso deverá deliberar sobre a questão, para depois ser apresentada em Assembleia Geral dos Funcionários da USP.

TESE DO COLETIVO SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS: É HORA DE FALAR DE REVOLUÇÃO

ASSINA:

COLETIVO “SEMPRE NA LUTA LUTADORES E PIQUETEIROS”

Contribuição 3 - Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias

Comunistas Revolucionários

Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias

Os sindicatos em geral e o Sintusp em particular precisam, sob pena de se tornarem inúteis, meras entidades cartoriais, se politizar e se profissionalizar. O Sintusp tem como tarefa imediata e urgente unificar as demandas políticas da maioria da comunidade universitária em torno de um programa político comum, que tenha projeção dentro e fora da universidade, que responda aos questionamentos tanto internos quanto externos à USP. A universidade, com seus alunos, professores e servidores, poderia facilmente ter um peso político muito maior do que tem, elegendo até, se fosse o caso, vereadores e deputados. Nossa comunidade reúne, só na capital, cerca de 100 mil pessoas. Apesar desse potencial, a influência política do Sintusp é nula.

Embora a unidade seja uma exigência inegável da realidade, a política do Sintusp aponta numa direção diferente: o isolamento. Os mais variados argumentos são usados para justificar que o sindicato continue filiado a uma central sindical de brinquedo, a CSPConlutas, mas o que de fato pode explicar esse vínculo são o sectarismo e os interesses mesquinhos dos diretores sindicais de manterem sob seu controle um aparato, mesmo que esse aparato seja cada vez menos efetivo.

Não temos nenhuma colaboração permanente real com os sindicatos que compõem o Fórum das 6, responsável por negociar nossos dissídios, não integramos a FASUBRA, federação de sindicatos dos trabalhadores técnico administrativos de todo o país, nem organizamos atividades comuns com os sindicatos que representam os funcionários do IPEN, que fica dentro do campus Butantã, ou do Instituto Butantã.

Seria necessário, para explorar o potencial político da USP, além de uma política mais coerente e menos empírica, tornar constantes as atividades de integração entre os diferentes setores: assembleias unificadas, participação intensa dos funcionários ligados ao sindicato na elaboração de atividades que dialoguem com a vida acadêmica dos alunos, eventos mais constantes e com caráter mais aberto capazes de reunir um público maior, na discussão dos temas colaterais e fundamentais nas congregações, nas reuniões de unidade, etc.

Do ponto de vista político, é preciso que o sindicato enxergue suas convergências com outros setores, inclusive com a burocracia universitária e os setores democráticos dessa burocracia que lutam para impedir a privatização da USP. Há lutas comuns com o professorado que não podem ser ignoradas, apesar das gritantes divergências ideológicas que possam existir. É preciso explorar as afinidades tanto quanto as divergências. É preciso, em suma, ser menos sensacionalista e mais racional, menos louco e mais comprometido com os reais interesses da comunidade universitária.

Não é hora de mudar pequenas incorreções do estatuto; é hora de lutar para ressuscitar o sindicato politicamente. Defendemos que o Sintusp proponha no interior da Conlutas sua dissolução e participe do esforço de convocar um Congresso para a refundação da Central Única dos Trabalhadores, único instrumento capaz de organizar campanhas políticas de grande envergadura que coloquem o movimento operário novamente no radar político.

Assinam:

Luiz Fellipe Lisbôa Mattos (FFLCH)

Idalina Fátima de Vale Nogueira (IP)

Contribuição 4 - Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias

REERGUER O SINTUSP PARA DEFENDER A CATEGORIA!

O Sintusp tem, se comparado à maior parte dos sindicatos do país, uma estrutura bastante democrática, sendo esse um legado a ser mantido. Realizamos assembleias com regularidade, permitindo a participação direta da base. O CDB é uma instância com representantes eleitos nas unidades e que, pelo estatuto, está acima da diretoria. A diretoria é colegiada, não havendo cargos como o de presidente. E, em momentos de greve, há a importante tradição de constituição de um comando com delegados eleitos na base e de dissolução da diretoria do sindicato nesse organismo.

Além disso, o Sintusp tem no seu estatuto o classismo. Sabemos que não basta constar no estatuto, e que a crise mais geral do sindicalismo também exerce pressão na nossa entidade, puxando-a por vezes para o corporativismo ou para métodos de pressão “parlamentar”. Porém, reivindicamos exemplos importantes de superação disso, como na construção da CSP-Conlutas como um polo de aglutinação dos sindicatos e movimentos sociais combativos e antiburocráticos, ou, ainda, em diversas lutas travadas na universidade em defesa dos terceirizados ou no apoio ativo a lutas externas.

Apesar de todos esses aspectos positivos do SINTUSP, há questões que precisam ser alteradas, visando o aprofundamento da democracia operária e a correção de problemas que se cristalizaram na entidade e abrem margem à burocratização.

Apresentaremos algumas reflexões mais gerais. As propostas concretas para os pontos que levantarmos pretendemos aprofundar no debate mais amplo e apresentá-las diretamente no congresso.

Finanças

A entidade passa hoje por uma grave crise financeira. Isso tem causas políticas profundas, relacionadas à crise geral do sindicalismo. Porém, há, também, questões relacionadas à gestão que contribuíram para isso e que refletem um problema de concepção. Nós consideramos que as entidades da classe trabalhadora devem ter a estrutura que a contribuição financeira dos seus associados permitir. Portanto, em um contexto de diminuição da

categoria e dificuldades para ampliar a filiação, temos que adequar o tamanho do aparato às condições concretas atuais. O sindicato é uma ferramenta de luta da classe trabalhadora, e o aparato sindical tem que estar à serviço da luta, ao contrário de ser um entrave a ela.

Partindo da compreensão de que o sindicato deve sobreviver da renda proveniente de seus associados, consideramos que é necessário um plano emergencial para salvar o sindicato da insolvência. Nesse sentido, apoiamos o recebimento, de forma emergencial e excepcional, da taxa assistencial, com o objetivo de pagar a dívida que o sindicato possui atualmente. Porém, isso precisa ser feito pontualmente e visando esse objetivo concreto.

Isso não isenta a direção de pensar e promover mais cortes na estrutura caso necessário, além de ter uma política ousada de filiação. Também consideramos fundamental estabelecermos uma prestação de contas cuidadosa e regular das finanças do sindicato.

Demitidos políticos

Em primeiro lugar, reivindicamos a tradição do Sintusp de solidariedade aos camaradas que sejam demitidos por lutar, e defendemos que esse princípio solidário permaneça entre nós. No entanto, acreditamos ser preciso discutir esse tema com mais profundidade, sendo fundamental pensarmos em critérios gerais que balizem as medidas do nosso sindicato sobre esse tema.

Nesse ponto, acreditamos que o pagamento feito pelo sindicato aos demitidos políticos não deva ser considerado como salário, mas sim como uma ajuda de custo, auxiliando o camarada nesse momento de dificuldade. Isso significa que não deve ser considerado como um princípio que a pessoa receba o mesmo valor que recebia no momento da demissão, com todos os benefícios e afins. O valor a ser pago deve considerar também as condições concretas da entidade no momento.

Além disso, opinamos que é necessário que se estabeleça um limite de tempo para que o demitido seja custeado pela entidade. Para além de

uma questão financeira, há uma questão política importante, que é evitar a burocratização e a consolidação de uma relação de dependência material do demitido em relação à entidade.

De resto, consideramos adequado o que já consta no estatuto a respeito do dever do demitido em dedicar seu tempo auxiliando o sindicato e da realização anual de uma assembleia de sócios para avaliar a situação.

Organização da Diretoria

Atualmente, o sindicato conta com 6 diretores que são liberados integralmente do trabalho para se dedicar à atividade sindical. Isso é uma conquista da nossa categoria, e consideramos muito importante ter camaradas que possam ter dedicação exclusiva à organização da categoria, já que o estado e os patrões têm inúmeros burocratas que podem se dedicar a nos atacar.

No entanto, avaliamos que é necessário que haja rotatividade desses liberados. Isso permite que mais companheiros da diretoria tenham a experiência de liberação e de conhecimento mais

profundo da estrutura do sindicato e da categoria. Além disso, também representa um combate às pressões de se estar liberado do trabalho, afastando quem está nessa situação das condições concretas vivenciadas pela categoria no cotidiano do trabalho.

Quanto à forma de gestão, há o debate entre os que defendem que ela seja proporcional, com a presença de todas as chapas que concorrem na eleição na proporção dos votos que obtiveram, ou majoritária. Defendemos a manutenção do modelo majoritário atual, com a chapa vencedora assumindo integralmente a gestão. Consideramos que o modelo de proporcionalidade faz sentido em categorias muito grandes e dispersas, como ocorre na APEOESP. Nossa categoria, mesmo tendo presença estadual, é bastante concentrada no campus Butantã. Além disso, o CDB já cumpre o papel de ser um fórum de direção no qual estão presentes as distintas correntes de opinião presentes na categoria. Assim, consideramos que uma gestão com proporcionalidade mais confundiria a categoria do que ajudaria o sindicato a se enraizar na base.

Assinam:

Amanda Ferreira (ECA)

Felipe Cavalheri (SESMT)

Felipe Sunaitis (FFLCH)

Gustavo Carneiro (IP)

João Borghi (FFLCH)

Reinaldo Souza (FE)

Contribuição 5 - Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias

MOVIMENTO NOSSA CLASSE E INDEPENDENTES

CONCEPÇÃO SINDICAL

Basta de subordinação das grandes centrais sindicais ao governo de Frente Ampla e à classe dominante! Pela mais ampla democracia operária e independência dos sindicatos em relação ao Estado para que sejam ferramentas da luta revolucionária de toda nossa classe!

Considerando que:

No capitalismo, a fonte dos lucros dos capitalistas é a exploração da força de trabalho dos trabalhadores. Por isso, buscam aumentar a exploração e diminuir o que pagam pelo trabalho. Assim, os trabalhadores precisam lutar para defender seus salários e direitos e mesmo quando os trabalhadores conseguem vencer, logo os capitalistas buscam arrancar de volta o que foi conquistado.

O saldo de cada uma dessas lutas é o avanço na organização e na consciência dos trabalhadores de que a nossa luta é a de toda a nossa classe contra a exploração.

Nesse sentido, nossa luta é sempre política. Mas, a burguesia busca apagar essa verdade, propagando a ideia de que os trabalhadores não devem fazer luta política, e de que os sindicatos devem servir para lutar somente por salários e direitos econômicos, melhores condições no marco da exploração. Para se manter no poder, e conservar a exploração, a burguesia usa as leis, a justiça, o governo, a polícia e a imprensa. Nós trabalhadores também devemos usar tudo o que estiver à nossa disposição para lutar contra toda a exploração, inclusive os sindicatos, que organizam um grande número de trabalhadores.

Os sindicatos também devem servir como um treinamento, uma escola, para os trabalhadores, sobre como tomar decisões, para aprender a organizar a luta e pensar os princípios para organizar toda a sociedade.

Colocamos aqui dois objetivos que defendemos para os sindicatos:

Ser uma ferramenta da luta revolucionária, e ser “Escolas de comunismo” para os trabalhadores aprenderem a dirigir a sociedade sem exploração e opressão. É por esses dois objetivos que defendemos que os sindicatos sejam controlados pela mais profunda democracia direta dos

trabalhadores, com a mais ampla liberdade de posições políticas sem nenhum tipo de privilégios para parte dos trabalhadores ou seus dirigentes. Defendemos a democracia dos trabalhadores para que os sindicatos organizem o conjunto dos trabalhadores, efetivos, ou precários com total independência política e financeira dos sindicatos em relação ao Estado, aos governos e instituições burguesas. Que os sindicatos não defendam somente os interesses de sua categoria, mas de todos os setores explorados e oprimidos da população, das mulheres, dos negros, das LGBTs. Defendemos o internacionalismo e solidariedade às lutas dos trabalhadores independentemente da sua nacionalidade. Esses são princípios necessários tanto para a luta revolucionária por uma sociedade sem exploração, quanto para que os trabalhadores se preparem para governar a sociedade, buscando construir um futuro sem classes e sem nenhuma forma de opressão.

Precisamos aprofundar a democracia dos trabalhadores no Sintusp e em defesa do sindicato e seus lutadores que são perseguidos pela patronal e pelo governo e ter independência de classe e enfrentar o estado. Os debates de concepção sindical nunca estão descolados da política. Os sindicatos são uma ferramenta fundamental de luta dos trabalhadores. O Estado e a classe dominante foram obrigados a reconhecer essa ferramenta, mas também buscam controlar a organização da classe trabalhadora através do atrelamento dos sindicatos ao Estado e da burocracia sindical. O governo de Bolsonaro buscou atacar a organização sindical, mas manteve as bases da sua estrutura. Mesmo com o governo rompendo seu pacto com a burocracia com as mudanças no financiamento sindical, as burocracias sindicais da CUT, Força Sindical e UGT buscaram negociar a manutenção dos seus privilégios e aparatos.

A trégua da burocracia sindical com a extrema direita produziu derrotas profundas nos

últimos anos. Isso demonstra como a política de conciliação do PT é responsável por fortalecer a direita e a extrema-direita. Prova disso é que o atual o governo de frente ampla de Lula-Alckmin absorve e dá continuidade à agenda econômica da extrema direita, planejando e implementando novos ataques como o Arcabouço Fiscal, colaborando com outros como o Marco Temporal, e mantendo as reformas trabalhista e previdenciária, a ampliação da terceirização e todos os demais ataques dos governos Temer e Bolsonaro.

As grandes centrais sindicais estão inteiramente subordinadas ao governo e apoiando sua política, desorganizando nossa classe. Seguem isolando e dividindo as lutas em curso. Como forma de conter a luta de classes, estabelecendo limites e parâmetros das concessões econômicas para manter a hegemonia da dominação burguesa. A contrapartida financeira para a burocracia sindical nesse pacto passa fundamentalmente pelo retorno de um novo tipo de contribuição sindical compulsória. A reestruturação financeira do aparato da burocracia sindical será pela via da relação de tutela com o Estado capitalista, com uma prática de contenção das lutas para a manutenção da dominação burguesa. Diante da necessidade de defesa dos direitos dos trabalhadores que estão sendo brutalmente atacados desde o golpe institucional, e do governo de extrema-direita, é fundamental que esse combate à política das burocracias sindicais se apoie na tática da frente única operária, ou seja, na batalha pela unidade da nossa classe na luta, a partir de chamados a essas direções sindicais a construir em unidade a luta pelas necessidades mais sentidas da nossa classe, como barrar os ataques e revogar o legado de Temer e

Bolsonaro que o governo Lula mantém intocado, buscando que essas exigências cheguem à base dessas burocracias. Só assim é possível ao mesmo tempo fortalecer a luta imediata da nossa classe e avançar contra o controle dessas burocracias sobre as organizações da nossa classe.

A situação da esmagadora maioria dos sindicatos no país leva a uma única conclusão: para resistirmos aos ataques não devemos fomentar nenhum tipo de ilusão no governo de Frente Ampla. Precisamos nos contrapor a esse pacto e retirar os sindicatos das mãos da burocracia, retomando-os para as mãos dos trabalhadores e a construção da CSP-Conlutas deve ser orientada nessa perspectiva. Para isso é fundamental lutar em todos os sindicatos para superar o corporativismo que separa a luta econômica da luta política batalhando para que os sindicatos assumam em suas mãos as demandas de todos os setores oprimidos e sendo porta-vozes de todas as mazelas e sofrimentos da população como um verdadeiro tribuno do povo. É fundamental batalhar pela mais ampla democracia operária nos sindicatos, reafirmar as assembleias como organismos fundamentais da organização dos trabalhadores, bem como todos os espaços que possam dar voz aos trabalhadores. Batalhamos pela proporcionalidade na diretoria dos sindicatos para que todas as posições políticas possam se expressar e defendemos a rotatividade de todos os cargos sindicais, e principalmente dos cargos com liberação sindical do trabalho, como forma de combater a burocratização dos dirigentes sindicais. Precisamos batalhar para organizar os setores mais amplos da nossa categoria, incluindo terceirizados e precarizados em geral.

MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS

Em defesa do classismo e da democracia operária!

Reivindicamos o SINTUSP como um dos sindicatos mais democráticos e combativos do país. Isso se expressa em sua história, em sua independência do Estado, em sua prática orientada pela luta de classes, não corporativa, combativa, não conciliadora e subordinada à democracia operária, e também em seu estatuto, que deixa claros esses princípios.

Consideramos que é uma tarefa fundamental deste congresso do SINTUSP defender, manter, e buscar aprofundar ainda mais esses

elementos de classismo que são parte da tradição de nosso sindicato. E chamamos os setores da diretoria e da vanguarda de nossa categoria que compartilham da defesa dessas posições a atuarmos em unidade com esse objetivo.

A partir dessas considerações, propomos:

1) Manter e aprofundar a auto-organização a partir de assembleias de base como espaços soberanos onde tudo é decidido, praticando a democracia

operária que passa por que os dirigentes sindicais se submetam às decisões da base;

2) Nesse mesmo sentido defendemos manter que, nos momentos de luta, o comando de greve é constituído por delegados eleitos na base e revogáveis, com plenos poderes para decidir os rumos da luta, no qual a diretoria do sindicato se dissolve se submetendo também à eleição na base;

3) Votar e implementar a rotatividade dos dirigentes sindicais liberados combatendo a permanência dos dirigentes afastados por muito tempo da base; Pela rotatividade na diretoria executiva do sindicato! Cada diretor deve poder participar da diretoria executiva, que fica integralmente liberada do trabalho para atuar em defesa da categoria, por no máximo meio mandato (18 meses). É uma forma de garantir a proximidade dos dirigentes sindicais com a base dos trabalhadores e os problemas cotidianos do ambiente de trabalho, e evitar a acomodação na liberação do trabalho, como um privilégio consolidado em relação aos demais trabalhadores. Em caso de perseguição política sobre esses diretores, ou por outros fundamentos, uma Assembleia pode aprovar exceções, com prazo determinado prorrogável somente por nova Assembleia.

4) Pela rotatividade na diretoria do sindicato! Cada associado deve poder participar de no máximo dois mandatos consecutivos da diretoria, ficando depois inelegível por um mandato. É uma forma de garantir sempre a renovação na diretoria do sindicato, e a formação de mais trabalhadores como dirigentes. Qualquer exceção deve ser fundamentada e aprovada por uma Assembleia. Cláusula de transição: não se aplica nas próximas eleições, pois implicaria na inelegibilidade simultânea de quase toda a atual diretoria.

5) Nas eleições sindicais adotar a proporcionalidade na diretoria como forma de expressar democraticamente todas as posições políticas e assim fortalecer a representatividade na própria diretoria. Cada chapa que se apresentar nas eleições deve ter membros na diretoria em número proporcional aos votos que obtiver, desde que atinja um percentual mínimo de votos para evitar chapas patronais e sem apoio dos trabalhadores. Isso busca garantir que todas as posições existentes entre os trabalhadores se expressem na diretoria, e estimular

o avanço da consciência dos trabalhadores permitindo que conheçam e tirem lições da experiência na prática com essas posições.

6) Realizar periodicamente assembleias de prestação de contas como forma de que a base tenha ainda maior controle sobre o Sintusp como ferramenta de luta.

7) Exigir que as centrais sindicais saiam da paralisia e organizem um plano de lutas, construído na base, que culmine em uma greve geral para revogar as reformas, o Arcabouço fiscal, privatizações e todos os ataques.

8) A FASUBRA reúne sindicatos das universidades federais de todo país que recentemente fizeram uma importante greve nacional em defesa da educação, das condições de trabalho, pesquisa e ensino. O Sintusp poderia cumprir um importante papel junto a outros sindicatos ligados à CSP-Conlutas que atuam na FASUBRA para chegar nacionalmente com as ideias de um sindicalismo classista, combativo, democrático e independente fortalecendo a luta dos próprios trabalhadores da USP e das demais universidades. Por isso defendemos que o SINTUSP volte a ser filiado à FASUBRA.

9) Reafirmamos as decisões congressuais do SINTUSP contrárias à cobrança do imposto sindical e reivindicamos a tradição do SINTUSP da defesa de um sindicalismo independente dos patrões, do governo e a defesa de que o financiamento do sindicato deve ser feito exclusivamente com a contribuição da filiação voluntária dos seus associados. Tendo em vista a grave situação financeira do SINTUSP consideramos importante todas as medidas feitas no sentido de quitar as dívidas do sindicato e exclusivamente para esse objetivo defendemos a aprovação da contribuição assistencial em caráter totalmente excepcional, temporário e destinado exclusivamente ao fim de quitar as dívidas do sindicato e formar um pequeno fundo de luta pois a cobrança desse tipo de taxa compulsória indefinidamente viola a independência política e financeira de nosso sindicato.

10) Organizar atividades, encontros e discussões sobre o combate às opressões, com o objetivo de construir a unidade da classe trabalhadora na luta contra a opressão e exploração.

11) O lazer, o esporte e a cultura são cotidianamente negados aos trabalhadores. Que o

SINTUSP promova festas, atividades culturais, esportivas visando integrar todos os trabalhadores da USP, efetivos ou terceirizados, sócios ou não-sócios, com professores e estudantes.

12) O SINTUSP é um exemplo nacional na defesa dos terceirizados. Para avançar mais em sua organização, propomos que os trabalhadores terceirizados e precários que se associem ao sindicato paguem um valor simbólico como mensalidade.

13) Em defesa dos lutadores perseguidos pela reitoria, pelo governo e pelos patrões e em defesa dos demitidos políticos de nosso sindicato (Givanildo, Brandão e Alexandre). Reintegração imediata de todos os demitidos políticos. Lutar pela retirada de processos e contra a perseguição a ativistas da categoria promovidas pela reitoria, governo e patrões.

Assinam:

MOVIMENTO NOSSA CLASSE E INDEPENDENTES

Contribuição 6 - Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias

Contribuição da Diretoria

Por um SINTUSP classista, combativo, democrático e independente dos patrões e dos governos!

Para se manter no poder, e conservar a exploração capitalista e as diversas formas de opressão, a burguesia usa as leis, a justiça, o governo, a polícia para controlar os sindicatos e impedir que sejam ferramentas de combate da classe trabalhadora contra o capitalismo. Para isso, atrelam os sindicatos ao Estado e contam dentro da esmagadora maioria dos sindicatos com burocracias que atuam como agentes a serviço dos interesses da classe dominante subordinando os sindicatos às instituições e ao regime político, dividindo, desmoralizando e traíndo as lutas e limitando às reivindicações dos trabalhadores apenas a pautas econômicas e corporativas. Lula, desde seu primeiro mandato, trabalhou para subordinar ainda mais os sindicatos e centrais sindicais ao governo e à burguesia usando as centrais sindicais para dar sustentação a seu governo e impedir que as lutas possam se desenvolver. Por isso é uma questão crucial defender a independência de classe dos sindicatos em relação aos governos e aos patrões e apostar na mobilização e na luta de classes para defender os interesses dos trabalhadores e todos os setores oprimidos pois esses interesses são opostos e inconciliáveis aos dos patrões e dos governantes. Por tudo isso lutamos contra a conciliação de classes, defendemos um sindicalismo classista e que aposta no caminho da luta e da mobilização para defender os interesses do conjunto da classe trabalhadora mantendo a independência de classe dos governos e patrões.

As lutas das trabalhadoras e trabalhadores da USP e as mobilizações pelas necessidades mais imediatas e parciais precisam ser encaradas como parte da luta da classe trabalhadora nacional e internacionalmente e ter como perspectiva a derrota e superação do sistema capitalista. Por isso defendemos um sindicalismo combativo e democrático em que as decisões sobre tudo devem ser tomadas coletivamente através das assembleias soberanas em que todos possam falar e decidir, pois isso fortalece o nosso sindicato e acreditamos que a emancipação da classe trabalhadora será obra da própria classe trabalhadora. Defendemos a auto-

organização pela base, ampliando a democracia nos momentos de luta, com a dissolução da diretoria do sindicato em um comando de greve com representantes eleitos pela base nas unidades.

O Sintusp foi fundado em 28 de outubro de 1988, mas história de luta vem desde a histórica greve de 1979, quando o SINTUSP ainda se chamava ASUSP. Desde a greve de 1979, feita em meio a ditadura militar e da sua fundação o SINTUSP vem se mantendo como um sindicato combativo, democrático, independente do governo e dos patrões e que se orgulha de defender o conjunto da classe trabalhadora e todos os oprimidos. Carregamos em nossa história greves como a de 1986, a poderosa greve de 1988, em que a assembleia histórica dos sócios da ASUSP, decidiu transformar a nossa antiga associação no primeiro sindicato de funcionários públicos do Brasil e assim, a ASUSP se tornou SINTUSP. Durante o final dos anos 80 e durante os anos 90 lutamos contra todos os ataques da reitoria, dos governos em SP e também enfrentamos os ajustes neoliberais de Collor, Itamar e FHC. Sofremos duros ataques com demissões e perseguição dos lutadores na greve de 1995. Mesmo assim não nos rendemos e mantivemos a nossa organização e foi assim que em 2000 fizemos uma forte greve de 56 dias arrancando conquistas e fortalecendo a aliança com os estudantes em defesa do caráter público da educação. Em 2004, 2005 e 2006, fizemos novas greves em defesa da universidade pública, lutamos contra a Reforma da Previdência de Lula e foi nesse sentido que nos somamos à fundação da Conlutas.

Em 2007 voltamos a lutar junto com os estudantes, em defesa dos nossos salários e direitos e da autonomia universitária, contra os decretos de José Serra. Foram 56 dias de greve, sendo 50 deles com ocupação da reitoria junto aos estudantes. Com isso derrotamos o governador e seus decretos, e também arrancamos um reajuste dos nossos salários. Em 2009, arrancamos com a força da greve a manutenção de 5214 postos de trabalho que estavam ameaçados. Em 2010, fizemos outra greve em defesa dos salários, sofremos desconto dos

salários, em resposta, ocupamos a reitoria por mais de 30 dias e forçamos o reitor Rodas a pagar os dias que havia descontado, arrancamos conquistas salariais muito importantes. Durante toda a nossa trajetória apoiamos as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade nacionalmente e na USP buscamos apoiar as greves das trabalhadoras terceirizadas assim como nos solidarizamos e apoiamos as lutas dos estudantes e professores. Como parte dessas batalhas nosso sindicato, seus ativistas e diretores foram brutalmente perseguidos pela reitoria, pelo governo, pela justiça e pela polícia, o que resultou em diversos processos administrativos, trabalhistas e criminais contra os lutadores, multas, confisco de receita e a demissão política de companheiros como Givanildo, Brandão e Alexandre.

Em 2014, fizemos uma das maiores greves da história da USP, que durou 118 dias, em defesa dos salários, condições de trabalho, da educação, do HU e HRAC e enfrentamos junto a outras categorias os governos de Alckmin e Dilma. Enfrentamos uma dura repressão, sofremos três meses de descontos de salários, mas a categoria e o sindicato não recuaram fazendo valer a palavra de ordem: NÃO TEM ARREGO!! Se não fosse a greve, a combatividade do sindicato e da categoria, a reitoria teria avançado ainda mais no seu projeto privatista de universidade.

Depois, enfrentamos o governo Bolsonaro e durante a pandemia mesmo em condições difíceis mobilizamos os trabalhadores através de uma greve sanitária em defesa da vida e de condições dignas de trabalho para os trabalhadores da saúde no HU.

Essa história de lutas e conquistas da nossa categoria, é o que nos permite resgatar e atualizar o quanto foi importante para os trabalhadores da USP ter um sindicato combativo, democrático, classista e

independente do Estado e dos patrões, para impulsionar suas lutas. Esse resgate do papel imprescindível, cumprido pelo SINTUSP, nessa trajetória de lutas e conquistas da nossa categoria, e faz importante nesse momento em que a categoria de conjunto precisará debater e tomar decisões sobre a manutenção e o fortalecimento político e financeiro do nosso sindicato.

1) Manter e aprofundar a auto-organização dos trabalhadores e a participação da base através de assembleias de base como espaços soberanos onde tudo é decidido democraticamente praticando e a mais ampla democracia operária que passa por exemplo por que os dirigentes sindicais se submetam às decisões da base, e que a base tenha o controle do sindicato, como por exemplo através das assembleias de prestação de contas. Reivindicamos e defendemos manter um aspecto da auto-organização que se expressa nos momentos de luta em que os comandos de greve sejam constituídos por delegados eleitos na base e revogáveis, com plenos poderes para decidir os rumos da luta e no qual a diretoria do sindicato se dissolva se submetendo também à eleição na base sendo esses critérios aplicados ao conjunto da categoria incluindo sedes e subsedes do interior e litoral.

2) Manter e aprofundar a independência política de classe do Sintusp diante dos patrões, dos governos, do Estado capitalista e de suas instituições (como o Judiciário, Congresso etc).

3) Em defesa dos lutadores perseguidos pela reitoria, pelo governo e pelos patrões e em defesa dos demitidos políticos de nosso sindicato (Givanildo, Brandão e Alexandre). Reintegração imediata de todos os demitidos políticos.

4) Lutar pela retirada de processos e contra a perseguição a ativistas da categoria promovidas pela reitoria, governo e patrões.

Assina:

Diretoria do Sintusp

Contribuição 7 - Concepção Sindical e Mudanças Estatutárias

SINTUSP 45 ANOS DE HISTÓRIA DE LUTA QUE PRECISA E VAI SE MANTER VIVA!!

Em defesa da tradição classista, independente, combativa e democrática do Sintusp

Considerando que:

A organização sindical dos trabalhadores da USP se inicia em 1979 em plena ditadura militar, quando declaramos a maior greve que já fizemos e que se espalhou para amplos setores do funcionalismo. Na USP éramos 18 mil funcionários. Pela Lei de Segurança Nacional (da ditadura) o servidor que fizesse greve era condenado de 6 meses a 2 anos de prisão e os que incitassem a greve de 2 a 6 anos. Os servidores públicos eram proibidos de se sindicalizar. A ASUSP (Associação dos Servidores da USP) era dirigida por pelegos de extrema direita. Após a vitoriosa greve na eleição da ASUSP em 1979 varremos os pelegos e decidimos em assembléia que a ASUSP seria nosso sindicato de fato. Participamos ativamente da luta pelo direito a sindicalização enfim aprovada em 1988 quando transformamos a ASUSP no primeiro sindicato de servidores do país em 28 de outubro de 1988.

A poderosa greve de 1988, que enfrentou Quécia e Sarney, foi onde fizemos a assembleia histórica dos sócios da ASUSP, que deliberou, soberanamente, transformar a nossa antiga associação no primeiro sindicato de funcionários públicos do Brasil e assim, a ASUSP se tornou SINTUSP. Graças àquela greve, e à perseverança e garra de milhares de lutadoras e lutadores conquistamos também a autonomia universitária e mais uma sequência de reajustes mensais, pela inflação.

A tradição do nosso sindicato foi sendo forjada baseando-se na história de luta da classe trabalhadora e em oposição ao sindicalismo corporativista e pelego que defendia a conciliação de classes. A democracia operária experimentada pelas maiores lutas revolucionárias da nossa classe internacionalmente nos mostrou a importância da organização coletiva e democrática pela base. É nossa tradição a organização a partir de assembleias de base soberanas, em que o microfone esteja aberto a todas e todos lutadores que queiram fazer falas e apresentar propostas, que são decididas pelo voto. É a base quem decide sobre cada passo de nossas lutas e sobre tudo que o sindicato deve fazer.

Essa trajetória e deve continuar sendo um ponto de apoio para a organização dos trabalhadores, estudantes e professores na USP e fora dela, para a juventude e todos os oprimidos, para enfrentar a extrema-direita e o bolsonarismo, com Tarcísio em São

Paulo que quer derrotar os trabalhadores e impor a marteladas a privatização dos serviços públicos, as reformas que o governo de frente ampla de Lula-Alckmin não revogou, mas aprofundou com o arcabouço fiscal e agora o PL da uberização, e contra a traição e o controle das burocracias das grandes centrais sindicais que deveriam estar preparando um plano de lutas que culminasse numa greve geral para revogar as reformas e todos os ataques.

1- Defendemos a auto-organização dos trabalhadores. Criamos o conselho diretor de base que é uma instância acima da diretoria para que as decisões sejam cada vez mais democráticas. Nas greves, a luta precisa ser guiada pelas mãos dos lutadores, por isso nos orgulhamos dos comandos de greve onde a diretoria do sindicato se dissolve e o comando formado por delegados eleitos pela base em cada unidade se torna a direção do movimento. A cada greve não conquistamos apenas nosso salário, tiramos lições de luta que ajudam a avançar nossa organização para uma vitória definitiva dos explorados.

2 - Entendemos que a luta contra nosso patrão, fundamental para impor nossas demandas, é incompleta se não vemos como os patrões e seus representantes no poder se articulam para cortar nossos direitos. A burguesia é a responsável por arrastar para a barbárie a humanidade, com guerras como a da Ucrânia, massacres como estamos vendo na Palestina e a destruição do meio ambiente. O que nos une às demais categorias é que somos todos explorados e se estivermos unidos e organizados podemos derrotar esse sistema de exploração e construir uma nova sociedade sem exploração e opressão.

3- Por isso, dizemos que somos uma só classe e, portanto, não aceitamos a divisão em categorias que a burguesia impõe, a luta de uma categoria é a luta de todos nós e é internacional. Lutamos pela união da classe trabalhadora da cidade e do campo, dos trabalhadores que têm carteira assinada, mas também dos informais, precarizados e desempregados. Essa lição é parte indissociável da tradição do Sintusp. Por isso, é uma marca central do nosso sindicato a defesa intransigente das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados, que são trabalhadores da USP, e não “outra categoria”, e nos orgulhamos de cada uma das experiências do nosso sindicato atuando conjuntamente com essas

trabalhadoras, na maioria mulheres e negras, na luta em defesa de seus direitos. E isso enfrentando a repressão, como as multas da justiça burguesa contra o nosso sindicato por atuar assim, a pedido das burocracias que dirigem sindicatos dessas trabalhadoras, uma tentativa de impor à força a divisão da nossa classe, que não aceitamos. Consideramos cada uma dessas batalhas como parte de uma luta pela total igualdade de direitos e salários entre efetivos e terceirizados, e pelo fim da terceirização, com a efetivação de todos e todas trabalhadoras terceirizadas, sem a necessidade de concurso público, pois já provaram na prática que podem realizar seu trabalho, e o fim da terceirização não pode custar a demissão dessas trabalhadoras.

E no mesmo sentido, defendemos que os trabalhadores uberizados e precarizados tenham todos os direitos garantidos, contra o PL do governo Lula que busca consolidar a uberização.

Também é parte da nossa tradição de luta pela unidade das fileiras da nossa classe o combate contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia a partir de nosso sindicato, e nos orgulhamos muito das experiências de organização da base e luta da nossa categoria contra os assédios e todas as formas de opressão com as quais a burguesia busca dividir a nossa classe.

4- A unidade entre estudantes e trabalhadores foi forjada pelo nosso sindicato que entendeu que defender os trabalhadores é defender a universidade junto com aqueles que nela estudam. Por isso nos orgulhamos de termos cedido espaço no Fórum das seis para que as entidades representantes dos estudantes estivessem conosco nas negociações da campanha salarial e todas as demais. Somos contra essa estrutura de poder da universidade e contra o elitismo e o racismo da USP, por isso lutamos em defesa das cotas raciais e do fim do vestibular, e defendemos uma Estatuinte livre e soberana

e a dissolução do CO essa cúpula da burocracia acadêmica. Essas posições são parte da defesa de uma universidade a serviço da classe trabalhadora e do povo pobre.

5- Independência política dos governos e patrões significa um combate à conciliação de classes, que também é marca do nosso sindicato, assim como a não confiança no judiciário e a independência política em relação a todas as instituições do Estado.

E não nos abtemos do profundo debate político contra qualquer pressão corporativista que leve os trabalhadores a acreditarem que a sua luta se encerra na luta material por salário, não vendo a necessidade de combater a terceirização e a precarização do trabalho e de se aliar aos movimentos sociais em luta contra as opressões e por direitos.

6- Defender os lutadores contra a repressão do Estado e dos patrões é um princípio do qual nosso sindicato deve se orgulhar. Defendemos aqueles que tombaram ou que foram punidos por lutar com todas as nossas forças, ninguém fica para trás! Por isso, defendemos nossos demitidos políticos, vítimas da perseguição da reitoria, da justiça e dos governos burgueses, Brandão, Givanildo e Alexandre. Lutamos pela reintegração de todos os demitidos políticos e pela retirada de todos os processos, contra a perseguição a ativistas da categoria promovidas pela reitoria, governo e patrões.

Viva a luta do povo palestino!! Viva a luta da classe trabalhadora internacional!! Abaixo o capitalismo e viva a revolução socialista!!

Essas posições são parte da tradição que ajudamos a forjar neste sindicato, que consideramos fundamental batalhar para manter e aprofundar neste 8º Congresso.

Assinam:

CLAUDIONOR BRANDÃO

MAGNO DE CARVALHO